

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO "STRICTO SENSU" EM
CONTABILIDADE E CONTROLADORIA _ DPG - CCO- M**

FRANCISCO MAUÉS GONZAGA

**BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE
EVIDENCIAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

MANAUS
2011

FRANCISCO MAUÉS GONZAGA

**BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE EVIDENCIAÇÃO
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS BRASILEIRAS
DE CAPITAL ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Controladoria.

Orientadora: Prof^a. Dra. Antônia Silva de Lima

Manaus/AM

2011

FRANCISCO MAUÉS GONZAGA

**BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE EVIDENCIAÇÃO
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS BRASILEIRAS
DE CAPITAL ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Controladoria.

Aprovado em 28 de Novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Antônia Silva de Lima, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Luiza Maria Bessa Rebelo, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Waldemar Antônio da Rocha Souza, Membro
Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

As empresas brasileiras de capital aberto alcançaram o valor de mercado de aproximadamente US\$ 1,5 trilhões em 2010, sendo que 57% do valor pertencem a treze empresas, somando US\$ 848,2 bilhões. Os números mostram a evolução das companhias brasileiras de capital aberto, sinalizando a relevância de estudar como é evidenciada a responsabilidade social das empresas brasileiras de grande porte. Com intuito de alcançar o objetivo proposto neste trabalho, do universo de 375 empresas, tomou-se como amostra, de forma intencional, as 13 maiores empresas brasileiras por valor de mercado de capital aberto da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 2011, pelo fato de que só elas perfaziam aproximadamente 57% de valor de mercado da BM&F-Bovespa. Numa segunda análise optou-se em trabalhar somente com as empresas que utilizassem a metodologia GRI no seu Relatório Anual de Sustentabilidade, reduziu-se para quatro empresas, Petrobras, Vale, Banco Itaú Unibanco e Banco do Brasil. Na identificação de indicadores de responsabilidade social dos relatórios analisados, destaca-se o Banco do Brasil como a empresa com o maior número de indicadores de evidenciação, 65,6%, seguido da Petrobras. De forma geral os indicadores de responsabilidades social verificados nos relatórios das empresas atendem somente 47,33% dos indicadores recomendados pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.003/04 e o Balanço Social utilizado no Relatório Anual das empresas evidencia parcialmente a Responsabilidade Social das empresas brasileiras de capital aberto. Dessa forma, recomenda-se que as empresas de capital aberto usem mais eficientemente as ferramentas de evidenciação de responsabilidade social e indicadores contábeis, como por exemplo, a Resolução CFC nº 1003/04. A utilização adequada dos instrumentos de evidenciação permitirá aos gestores indicar e associar as iniciativas pelas quais uma empresa procura manter, fortalecer e solidificar sua imagem e a identidade da marca perante o seu público-alvo. O estudo revelou ainda, que o balanço social é a melhor ferramenta de evidenciação de responsabilidade social empresarial, mas na prática o valor fica prejudicado pela falta de legislação que obrigue as corporações a usá-lo. Como tema para futuras pesquisas, sugere-se avaliação dos impactos da falta de adoção pelas empresas brasileiras de capital aberto dos critérios da Resolução CFC nº 1003/04 que parametrizam a avaliação da RSE.

Palavras-chave: Balanço Social; Responsabilidade Social e Sociedade Anônima.

ABSTRACT

The Brazilian companies of public corporation reached the value of market of approximately US\$ 1,5 trillions in 2010, being that 57% of the value belong the thirteen companies, adding US\$ 848,2 billion. The numbers show the evolution of the public corporation Brazilian companies, signaling the relevance to study as the social responsibility of the Brazilian companies of great manner is evidenced. With intention to reach the objective considered in this work, by the universe of 375 companies, one was taken as sample, of intentional form, the 13 bigger Brazilian companies for value of public corporation market of the Stock Exchange of São Paulo (BOVESPA) in 2011, for the fact of that they only averaged approximately 57% of value of market of the BM& F-São Paulo Stock Exchange. In a second analysis it was opted in only working with the companies who used methodology GRI in their Annual Report of Sustainability, was reduced for four companies, Petrobras, Vale, Itaú Unibanco Bank and Brazil Bank. In the identification of indicators of social responsibility of the analyzed reports, the Brazil Bank is distinguished as the company with the biggest number of evidences indicators, 65.6%, followed of Petrobras. Of general form the indicators of social responsibilities verified in the reports of the companies attend only 47.33% of the indicators recommended for the Resolution of the *Resolução do Conselho Federal de Contabilidade* nr. 1.003/04 and the used Social Assessment in the Annual Report of the companies partially evidence the Social Responsibility of the Brazilian companies of the public corporation. Of this form, it recommends that the companies of public corporation use more efficiently the evidence tools of social responsibility and countable indicators, for example, Resolution CFC nr. 1003/04. The adequate use of the evidence instruments will allow the managers to indicate and to associate the initiatives for which a company looks for keeping, to fortify and to make solid its image and the identity of the mark before its target audience. The study still disclosed that the social assessment is the best tool of evidence of enterprise social responsibility, but in the practice the value is wronged for the legislation lack that compels the corporations to use it. As subject for future research, it suggests evaluation of the impacts of the lack of adoption for the Brazilian companies of public corporation of the criteria of Resolution CFC nr. 1003/04 that they parameterize the evaluation of the RSE.

Keywords: Public Corporation; Social Responsibility and Public Limited Company.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A estrutura do relatório da GRI.....	34
Figura 2: Visão geral das diretrizes da GRI.....	34
Figura 3: A empresa é uma coalizão de interesses.....	41

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Dados de caracterização da amostra coletados na parte A do roteiro de avaliação os relatórios.....	48
Tabela 2: Dados de caracterização da amostra coletados na parte B do roteiro de avaliação dos relatórios.....	49
Tabela 3: Grau de atendimento dos relatórios com relação à dimensão recursos humanos. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/0.....	54
Tabela 4: Grau médio de atendimento do relatório das empresas sobre dimensão interação com o ambiente externo. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.....	56
Tabela 5: Resultado geral da análise dos relatórios anuais quanto ao cumprimento das informações de natureza social e ambiental da Resolução do CFC nº 1.003/04.....	58
Tabela 6: Grau de atendimento médio das empresas a resolução CFC nº 1.003/04.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Espécies de sociedades anônimas.....	16
Quadro 2: As classificações das ações quanto á natureza e forma de circulação.....	16
Quadro 3: Características da Sociedade Anônima.....	17
Quadro 4: Responsabilidade social das corporações.....	20
Quadro 5: Demonstração de responsabilidade social corporativa.....	22
Quadro 6: Modelo de responsabilidade social empresarial.....	23
Quadro 7: Níveis de participação.....	26
Quadro 8: Os dez princípios divulgados por Pacto Global.....	30
Quadro 9: As 71 IF que adotam o Princípio do Equador por País - 2011.....	31
Quadro 10: Os Usuários da Contabilidade e Balanço Social.....	38
Quadro 11: As vertentes do balanço social.....	40
Quadro 12: Perguntas de Pesquisa e Objetivos específicos.....	43
Quadro 13: As 13 maiores empresas brasileiras por valor de mercado. Maio de 2011.....	44
Quadro 14: As quatro empresas brasileiras que usam modelo GRI, 2011.....	45
Quadro 15: Roteiro de análise do conteúdo.....	46
Quadro 16: (B2) Além do modelo GRI é declarado outro modelo no relatório.....	49
Quadro 17: Os Componentes da Demonstração do Valor Adicionado.....	51
Quadro 18: Remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.....	52
Quadro 19: Recursos Humanos: Informações relativas à composição dos recursos humanos. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.....	53

Quadro 20: Recursos Humanos: Informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.....	54
Quadro 21: Interação com o ambiente externo: Informações relativas à interação com a comunidade. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.....	55
Quadro 22: Interação com o ambiente externo: Informações relativas à interação com os clientes. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.....	56
Quadro 23: Informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
APS – Accountability Principles Standard
AS – Assurance Standard
BS – Balanço Social
BM&F – Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
CEP – Council on Economic Priorities
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CIP – Corporate Involvement Program
Ceres – Coalition for Environmentally Responsible Economy
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
EPFIs – Equador Principles Financial Institutions
ETHOS – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
GRI – Global Reporting Initiative
ICMM - Conselho Internacional de Mineração e Metais
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IF – Instituições Financeiras
IFC – International Finance Corporation
ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISEA – Institute of Social and Ethical Accountability
ISO – International Organization for Standardization
ML - Margem Líquida
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
ONGs – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
Pnuma – Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente
RL – Receita Líquida
RSE – Responsabilidade Social Empresarial
SAI – Social Accountability International
SA – Social Accountability
SES – Stakeholder Engagement Standard

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema.....	11
1.2 Problema.....	12
1.3 Objetivos	13
1.3.1 Geral.....	13
1.3.2 Específicos	13
1.4 Justificativa	14
1.5 Delimitação e limitação da pesquisa.....	14
1.6 Estrutura da pesquisa.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 SOCIEDADE ANÔNIMA.....	16
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	18
2.2.1 Abordagem conceitual.....	18
2.2.2 Responsabilidade Social Empresarial	20
2.2.3 Responsabilidade Social no Brasil e no mundo	23
2.2.4 Instrumentos de Evidenciação de Responsabilidade Social.....	24
2.3 BALANÇO SOCIAL.....	37
2.3.1 Aspectos Conceituais.....	37
2.3.2 Aspectos Históricos.....	38
2.3.3 Balanço Social Empresarial.....	39
2.3.3 Balanço Social e Contabilidade Social.....	40
3 METODOLOGIA.....	42
3.1 Tipos e Métodos de Pesquisa	42
3.2 Perguntas da Pesquisa.....	43
3.3 Proporções.....	44
3.4 Universo, Local e Amostra.....	44
3.5 Planejamento da pesquisa.....	45
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	61
OBRAS CONSULTADAS.....	65
ANEXOS.....	67

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

Esta pesquisa objetivou estudar o Balanço Social (BS) como instrumento de evidenciação de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto. Para isso, destaca-se que ao considerar as crescentes expectativas dos clientes, fornecedores, gestores e outros atores envolvidos e que influenciam ou são influenciados pelas organizações, as corporações têm como principal desafio operar de maneira responsável tanto em seus relacionamentos internos quanto externos.

Os gestores precisam apresentar um novo senso de responsabilidade aos interessados internos, no tocante às expectativas de um tratamento justo, participação no processo decisório, local e instrumentos de trabalho adequados ao desempenho de suas funções e a possibilidade de trabalharem em equipe.

Nesse contexto, a responsabilidade social e ambiental pode ser resumida no conceito de efetividade, como alcance de desígnios do desenvolvimento econômico-social. Todavia, uma organização é efetiva quando cultiva uma postura socialmente responsável. A efetividade relaciona-se à satisfação da sociedade, ao atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais (TACHIZAWA, 2002).

Essa transformação no âmbito organizacional capacitará as empresas a buscar obtenção de vantagens competitivas. O aumento da produtividade, em função das tecnologias e da difusão de novos conhecimentos, leva as empresas a investirem mais em novos processos de gestão.

Dessa forma, o cenário de mudanças e de transformações sociais, pelo qual passam as organizações torna-se necessário estabelecer padrões de ética e responsabilidade social em suas atividades. Conforme Ashley:

[...] parece lícito afirmar, que hoje em dia as organizações precisam estar atentas não só as suas responsabilidades econômicas e legais, mas também as suas responsabilidades éticas, morais e sociais (ASHLEY, 2002, p.50). .

1.2 PROBLEMA

A responsabilidade social é vista como uma obrigação do Estado, financiador das necessidades básicas da sociedade através da arrecadação de impostos (KARKOTLI, 2006). No entanto, a atuação das corporações junto à sociedade é cada vez maior, deve contribuir para o desenvolvimento, com condições de atender uma exigência crescente dos mais diversos grupos de interesses, como por exemplo: acionistas, credores, consumidores e o próprio Estado.

De acordo com Callegari, Kovaleski e Lima (2007), é através da compreensão por parte do empresário e da sociedade de que o governo sozinho não consegue diminuir os problemas sociais que se colabora para o desenvolvimento da Responsabilidade Social.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançou em 1997 um demonstrativo numérico no qual reúne um conjunto de informações sobre as atividades sociais da empresa (os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade), denominado de Balanço Social, que é publicado anualmente. As organizações servem como um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da Responsabilidade Social Corporativa.

De acordo com IBASE (2003), o objetivo do Balanço Social tanto é tornar pública a responsabilidade social empresarial e assim aumentar o laço entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, quanto mostrar o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dar mais credibilidade às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos.

No passado, a função das organizações limitava-se à geração de lucros para os sócios e acionistas, com debates sobre as responsabilidades que cada dirigente deveria assumir. Na atualidade, as discussões avançaram e alcançam os consumidores, que sinalizam para que os produtos e serviços sejam menos danosos à natureza. A comunidade na qual a empresa está instalada incentiva às organizações pela preservação ambiental e contribuição para a qualidade de vida. De tal modo, como resposta às demandas financeiras, políticas e sociais, as organizações têm investido de forma sistemática nas relações entre atividade empresarial, empregados, fornecedores, consumidores, sociedade e meio ambiente, fato que caracteriza a responsabilidade social.

As empresas brasileiras de capital aberto atingiram o valor de mercado¹ de aproximadamente US\$ 1,5 trilhões em 2010, segundo informações extraídas do site da BM&F-BOVESPA² (2011). Vale ressaltar que 57% do valor de mercado pertencem somente a treze empresas brasileiras que somam US\$ 848,2 bilhões. Os números mostram o alto valor das empresas brasileiras, despertando para o estudo da evidenciação da responsabilidade social das companhias de capital aberto.

Com base nesta argumentação, destaca-se a pergunta que se pretende responder, neste estudo: o Balanço Social evidencia a responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar se o balanço social, divulgado no relatório anual, evidencia a responsabilidade social das empresas brasileira de capital aberto.

1.3.2 Objetivos Específicos

- I. Identificar os principais indicadores de evidenciação de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto;
- II. Comparar os indicadores de evidenciação de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto com os citados na literatura;
- III. Identificar o conteúdo do Balanço Social das empresas brasileiras de capital aberto através da Resolução do CFC nº 1.003/04, que dispõe sobre informações de natureza social e ambiental.

¹ Valor da ação cotado na bolsa de valores multiplicado pelo número de ações existentes.

² BM&F-BOVESPA é uma companhia de capital aberto formada em 2008, a partir da fusão das operações da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros. É uma instituição brasileira de intermediação para operações do mercado de capitais. A organização desenvolve, implanta e provê sistemas para a negociação de ações, derivativos de ações, títulos de renda fixa, títulos públicos federais, derivativos financeiros, moedas à vista e commodities agropecuárias (BM&F-BOVESPA, 2011).

1.4 JUSTIFICATIVA

Um dos temas debatidos e propagados sobre a gestão empresarial na atualidade refere-se à responsabilidade social empresarial (RSE), que se torna uma importante variável para a estratégia competitiva das empresas e avaliação do seu desempenho. O ambiente de negócios cada vez mais complexo, força as empresas a se adequarem à nova realidade, na qual oferecer qualidade e preço competitivo, obedecer às leis e pagarem impostos, não é mais suficiente. As companhias de sucesso cada vez mais são pressionadas para avaliar o impacto das suas operações dentro e fora de suas instituições e conferir o ímpeto de suas políticas e ações nos seus empregados, clientes, comunidades e também na sociedade.

Enquanto o conceito de RSE é complexo e dinâmico apresentando significados diferentes em diversos contextos, os indicadores de responsabilidade social são vistos como um elo entre os modelos explicativos da teoria e a evidência empírica dos estudos sociais o que determina que sejam feitas reflexões sobre o tema.

Nesse sentido, o Instituto Ethos (2007) corrobora que o indicador de responsabilidade social é uma ferramenta de gestão empresarial para monitorar os desafios de um mercado cada vez mais competitivo e, ao mesmo tempo, atender às crescentes demandas da sociedade. Tal crescimento despertou o interesse sobre a responsabilidade social, justificando a pesquisa.

1.5 DELIMITAÇÃO E LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Diante da diversidade de literatura sobre responsabilidade social, da ausência de legislação federal sobre Balanço Social e da abrangência do tema, algumas delimitações são necessárias.

Selecionou-se Inicialmente as treze maiores empresas brasileiras de capital aberto, listadas no site da BM&F-Bovespa até maio de 2011. Devido ao grau de complexidade subsequente optou-se pelas empresas que utilizaram a metodologia *Global Reporting Initiative*³ no seu Relatório Anual de Sustentabilidade, em 2010.

³É uma organização não-governamental internacional sem fins lucrativos. Suas diretrizes de comunicação sobre a responsabilidade social ambiental e econômica das empresas têm como objetivo elevar a qualidade dos relatórios das companhias a um nível passível de comparação, consistência e utilidade.

Para evidenciação da responsabilidade social foi utilizada a Resolução CFC nº. 1.003/04.

Essa análise se fez somente nos relatórios divulgados em 2010, adotando-se a hipótese que passados quatro anos desde que a Resolução CFC nº 1.003/04, entrou em vigor, as empresas brasileiras já adotam as premissas para evidenciar a responsabilidade social da corporação.

1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta pesquisa está dividida em cinco partes. A primeira consta a introdução apresentada na forma de tema, problema, objetivos, justificativa, delimitação e limitação da pesquisa.

Na segunda, encontra-se o referencial teórico, abordando sobre Sociedade Anônima, Responsabilidade Social e Balanço Social. O tópico de Responsabilidade Social apresenta os sub tópicos: Os aspectos conceituais da Responsabilidade Social; Responsabilidade Social Empresarial fundamentada na visão de pesquisadores nacionais e estrangeiros; Responsabilidade Social no Brasil e no mundo e os Instrumentos de Evidenciação de Responsabilidade Social; quanto que Balanço Social subdivide em: Abordagem conceitual e histórica; Balanço Social Empresarial e Balanço Social versus Contabilidade Social.

Na terceira parte estão descritas as motivações que levaram à metodologia de estudo, bem como sua conceituação e as justificativas para utilização do método de pesquisa. Este tópico está estruturado em: Método e tipo de pesquisa; Perguntas de pesquisa; Proposições; Universo, Local, População e Amostra; e Planejamento da pesquisa.

Na quarta parte encontram-se as análises dos resultados e por fim, na quinta parte as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SOCIEDADE ANÔNIMA

Uma empresa sob a forma de sociedade anônima, normalmente abreviado por S.A., SA ou S/A é considerada uma forma jurídica de constituição de empresas na qual o capital social não se encontra atribuído a um nome em específico, mas está dividido em ações que podem ser transacionadas livremente, sem necessidade de escritura pública ou outro ato notarial (DORIA, 1998). Por ser uma sociedade de capital, prevê a obtenção de lucros a serem distribuídos aos acionistas.

Há duas espécies de sociedades anônimas:

Espécies de sociedades anônimas	Descrição
Companhia aberta ou empresa de capital aberto.	Capta recursos junto ao público e é fiscalizada no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários.
Companhia fechada ou empresa de capital fechado.	Obtém seus recursos dos próprios sócios.

Quadro 1: Espécies de sociedades anônimas.

Fonte: Elaboração própria.

Em contrapartida, numa sociedade limitada existe uma escritura pública, ou seja, contrato social que define a quem pertence o capital da empresa.

Na companhia de capital aberto parte do seu valor está dividida em ações a ser negociada na bolsa de valores. As ações podem ser classificadas:

Quanto à natureza dos direitos atribuídos ao seu titular	Quanto à forma de circulação
<p>Ações ordinárias: dar direito a participação nas assembleias de acionistas, posse ou controle da companhia.</p> <p>Ações preferenciais: tem-se preferência no recebimento de dividendos.</p>	<p>Ação nominativa: é uma ação cujo certificado é nominal ao seu proprietário. O certificado, entretanto, não caracteriza a posse, que só é definida depois do lançamento no livro de Registro das Ações Nominativas da empresa emitente.</p> <p>Ação escritural: É uma ação que circula nos mercados de capitais sem a emissão de certificados ou cautelas. São escrituradas por um banco que atua como depositário das ações da empresa e que processa os pagamentos e transferências por meio da emissão de extratos bancários. Não existe, portanto, movimentação física de ações.</p>

Quadro 2: As classificações das ações quanto à natureza e forma de circulação.

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, as sociedades anônimas ou companhias são reguladas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das SA, com as alterações dadas pela Lei 9.457, de maio de 1997, não houve alteração em decorrência da entrada em vigor do novo Código Civil.

De acordo com Doria (1998) sociedade anônima possui o capital dividido em partes iguais chamadas ações, e tem a responsabilidade de seus sócios ou acionistas limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Em relação à sua natureza jurídica, pode-se afirmar que a sociedade anônima constitui pessoa jurídica de direito privado, nos termos do Art. 16, II, do Código Civil atual, mesmo que constituída com capitais públicos, em todo ou em parte por Sociedades de Economia Mista, e qualquer que seja o seu objeto, ela será sempre mercantil e se regerá pelas leis do comércio. Quando entrou em vigor o novo Código Civil em janeiro de 2003 a Sociedade Anônima passou para Sociedade Empresarial, independentemente de seu objeto.

Feitas estas considerações iniciais visualiza-se quais as principais características da Sociedade Anônima:

Características da Sociedade Anônima	Descrição
Sociedade de capitais.	Nelas o que importa é a aglutinação de capitais, e não a pessoa dos acionistas.
Divisão do capital em partes iguais, valor nominal – ações.	Participação do acionista.
Responsabilidade do acionista limitada apenas ao preço das ações subscritas ou adquiridas.	Integralizada a ação o acionista não terá mais nenhuma responsabilidade adicional, nem mesmo em caso de falência, quando somente será atingido o patrimônio da companhia.
Livre acessibilidade das ações.	As ações são títulos circuláveis, o que gera uma constante mutação no quadro de acionistas.
Possibilidade de subscrição do capital social mediante apelo ao público.	Subscrição de todo o capital social por, pelo menos, duas pessoas.
Uso exclusivo de denominação social ou nome de fantasia.	Não utiliza firma ou razão social.

Quadro 3: Características da Sociedade Anônima.
Fonte: Elaboração própria.

A Companhia ou Sociedade Anônima pode ser constituída por subscrição pública, quando depender de prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários e haverá a intermediação obrigatória de instituição financeira (Art. 82 da

Lei 6.404/76) ou por subscrição particular, quando se fizer por deliberação dos subscritores em assembléia geral ou por escritura pública (Art. 88 da Lei 6.404/76).

Por fim, a Sociedade Anônima deverá ter uma estrutura organizacional composta de: assembléia geral, conselho de administração, diretoria e conselho fiscal, que terão, além das atribuições fixadas na Lei 6.404/76, aquelas determinadas no estatuto social.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

2.2.1 Abordagem conceitual

A Responsabilidade social tem sido muito debatida nas organizações públicas e privadas buscando-se novos conceitos e métodos de gestão que aliem seus interesses aos do contexto que estão inseridas (FRAGA, 2010).

Kitahara (2007) traduz responsabilidade social como a responsabilidade de todos os participantes da sociedade em preservar o ambiente e seus recursos para si e para as futuras gerações, produzindo e consumindo bens e serviços, sob o conceito de desenvolvimento sustentável e sua transformação em ações concretas.

Ashley (2002, p.6), por sua vez, conceitua responsabilidade social como:

[...] O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente de modo amplo e a alguma comunidade de modo específico, atingindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas com ela [...]

Dessa forma o conceito, responsabilidade social implica um sentido de obrigação para com a sociedade. As empresas assumem compromisso de caráter moral não diretamente vinculados às suas atividades, mas que possam cooperar com o desenvolvimento sustentável dos moradores da localidade onde está instalada.

Segundo Fraga (2010, p. 23) na

visão clássica de Responsabilidade Social, inspirada no liberalismo, acredita que o bem-estar social seja função exclusiva do governo e não das organizações, quem compete cuidar das atividades econômicas, ficando sua contribuição social restrita ao pagamento de impostos e à oferta de empregos, serviços e produtos (FRAGA, 2010, p. 23).

Esse conceito não é compartilhado por Freitas (2000, p.10) quando cita que:

[...] O Estado – falido e desacreditado – deve se restringir a oferecer as condições necessárias de infra-estrutura e deixar que as empresas se ocupem do que garante o emprego, a competitividade dos mercados e a potência da nação neste mundo globalizado. Investidas como o novo pólo da legitimação social e como o lugar que pode responder pelo esfacelamento dos vínculos sociais e pelas questões identitárias, as organizações modernas – com ênfase nas grandes empresas – constroem para e de si uma auto-imagem grandiosa, que vai enraizar-se num imaginário próprio, que é repassado não apenas para os seus membros internos mas também para a sociedade no seu conjunto [...]

São diversas as definições de responsabilidade social. De acordo com Karkotli, (2006) para alguns representa obrigação legal, para outros o comportamento responsável no sentido ético e ainda há os que a classificam como uma ação caridosa ou até mesmo uma consciência social.

Para Filho (2006) a responsabilidade caridosa reflete o desejo comum de que as empresas estejam envolvidas na melhoria do ambiente social, além das funções básicas tradicionalmente esperadas da atividade empresarial, pode ser considerada como uma extensão da ética.

A pesquisa, realizada por Coelho (2010) sobre responsabilidade social empresarial em uma indústria alimentícia no Estado do Pará constatou que a forma de exercício da RS estava centrada na ação caridosa, e a ausência de gestão de projetos voltados à sociedade onde está instalada refletiu na fragilidade e instabilidade da empresa junto à comunidade.

Karkotli e Aragão (2008) destacam que a responsabilidade social empresarial supera a caridade e projetos sociais. A responsabilidade social que as corporações têm por obrigação pode ser identificada através de múltiplos aspectos, dentre os quais:

Responsabilidade social das corporações	Descrição
Gerar valores para seus agentes internos – proprietários, investidores e colaboradores.	Justificação dos recursos financeiros, humanos e materiais utilizados pelo empreendimento.
Gerar valor para sociedade.	Disponibilização bens ou serviços, seguros e de algum significado para melhorar a vida das pessoas.
Prestar informações confiáveis.	A informação deve abranger tanto o ambiente interno quanto externo, de forma honesta e eficaz.
Promover comunicação eficaz e transparente para com colaboradores e agentes externos.	Criação de canais de comunicação entre fabricante e consumidores para identificar, através de relacionamento mais direto, críticas, sugestões ou reclamações sobre produtos ou serviços oferecidos.
Recolher tributos devidos.	Proporciona ao Estado condições necessárias para realização de investimentos para que venha melhorar a qualidade de vida da população.
Racionalizar, ao máximo, a utilização de recursos naturais.	Adoção de medidas de proteção e preservação do meio ambiente.
Incentivar a participação de dirigentes e colaboradores, enquanto cidadãos, na solução de problemas da comunidade.	Contribuição para melhoria da qualidade de vida da comunidade.
Formar parcerias com outros organismos, de governos e da sociedade civil.	Identificação das deficiências e promover o desenvolvimento da comunidade onde está instalada.
Transacionar de forma ética em toda a cadeia de relacionamento e outras partes interessadas como fornecedores, colaboradores, clientes, governos, entre outros.	Ação de forma honesta com todos aqueles que têm algum tipo de relacionamento com ela.

Quadro 4: Responsabilidade social das corporações.

Fonte: Karkotli e Aragão (2008).

2.2.2 Responsabilidade social empresarial

São décadas de debate sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) resultando em uma riquíssima literatura que oferece uma série de filosofias que, apesar das diferenças reais, entre os seus pressupostos teóricos expressam um consenso sobre a idéia fundamental que as empresas têm a obrigação de trabalhar para a melhoria social (GEVA, 2008).

Em diversos trabalhos publicados tanto na esfera nacional como por exemplos: Freitas (2000), Ashley (2002), Kitahara (2007), Callegari e Kovaleski (2007), Karkotli e Aragão (2008), Fregonesi (2009), quanto internacional como Carroll (1991), Hemphill (2004) Waddock (2004) Garriga e Melé (2004), dentre outros, sobre RSE reconhecem que as corporações têm muitos tipos de responsabilidade, e buscam definir tanto o âmbito da responsabilidade das empresas na sociedade e os critérios para medir o desempenho dos negócios na área social.

Waddock (2004) optou pela metáfora de uma árvore de ramificação para descrever como o campo tem evoluído para a compreensão atual da RSE, um entendimento de que as tentativas de vincular os universos relativamente paralelos entre teoria e prática, em vários ramos conceituais, estão relacionadas uns aos outros

O Instituto Ethos (2007) conceitua como responsabilidade social empresarial a maneira de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com os quais se pauta e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Tal conceito não difere dos pensamentos de Pinto e Ribeiro (2004), quando cita que a empresa como agente econômico tem como missão produzir bens de produtos e serviços e, conseqüentemente, gerar riqueza. Além de agente econômico, é também um agente social, gerador de bem estar social, assim tem o dever de prestar contas à sociedade.

Para Karkotli (2006), a empresa não pode somente visar lucros. Em sua ligação com a sociedade existem obrigações subentendidas, tais como: a preservação do meio ambiente, a criação de empregos, apoio a formação de novos profissionais, visando à qualidade dos produtos e serviços que são oferecidos ao mercado e outras atitudes que não são exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável.

Nessa linha de pensamento, a Comissão das Comunidades Européias (2001) ressalta que a responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, de uma forma voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo.

Diante desse tema tão debatido e defendido por Instituição no mundo inteiro, se faz necessário também conceituar filantropia, ação social, marketing social ou Marketing institucional que segundo Karkotli e Aragão (2008) são corretamente utilizadas como demonstração de responsabilidade social corporativa, conforme quadro 5.

Filantropia	Apóia nos princípios da caridade e da custódia e amor à humanidade.
Ação social	Ação de curto prazo com objetivo de satisfazer as necessidades em prol da sociedade ou de uma comunidade específica.
Marketing social	Significa entender e atender a sociedade, proporcionando a satisfação e o bem-estar da mesma dentro de um comportamento ético e social responsável, visando às transformações sociais.
Marketing institucional	É utilizado para indicar e associar as iniciativas pelas quais uma empresa procura manter, fortalecer e solidificar sua imagem e a identidade da marca perante o seu público-alvo.

Quadro 5 – Demonstração de responsabilidade social corporativa.
Fonte: Karkotli e Aragão (2008).

No que tange à responsabilidade social empresarial o Instituto Ethos (2007) reforça a diferença entre filantropia. A filantropia é uma ação social externa da empresa, que tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não-governamentais, associações comunitárias dentre outras) e organizações, quanto que a responsabilidade social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente).

Nessa linha de raciocínio, Melo Neto e Froes (2001) corroboram com as diferenças entre responsabilidade social empresarial e filantropia. A primeira está centrada para ação coletiva, promoção da cidadania, fundamento estratégico e decisão da empresa. Enquanto que a segunda está ligada à ação voluntária, ações de caridades, promoções assistencialistas e decisão do proprietário.

De acordo com Borger (2001) a responsabilidade social empresarial transcende a filantropia, pois um projeto externo de boas ações não irá proteger uma empresa cujas operações prejudicam a sociedade em volta, e a sociedade não irá recusar uma empresa produtiva, bem comportada, apenas porque não se engaja em atividades filantrópicas.

Conforme o portal eletrônico RESPONSABILIDADESOCIAL.COM (2011) a responsabilidade social corporativa tem que ser plural, distributiva, sustentável e transparente.

Nesse debate, Davis (apud KARKOTLI, 2008) participa com as cinco orientações que as denomina de modelo de responsabilidade social empresarial:

Modelo de responsabilidade social empresarial	Descrição
As empresas têm um poder imenso em questões como a diminuição de empregos e poluição ambiental.	Os empresários não podem tomar decisões apenas de ordem econômica, pois estão inter-relacionados com todo o sistema social.
As empresas devem operar um sistema aberto, com duplo sentido, de forma que recebam como entradas as informações da sociedade e como saídas revelem suas ações ao público.	As informações sociais precisam ser avaliadas da mesma maneira que as de natureza econômica.
Tanto quanto os benefícios de uma atividade, produto ou serviço, os custos sociais devem ser minuciosamente calculados e considerados de forma que seja possível decidir prosseguir na sua execução.	Verificar a viabilidade técnica, rentabilidade e o efeito social da atividade, produto ou serviço.
Preço justo de consumo: O custo social de toda atividade, produto ou serviço deve ter seu preço fixado, de modo que o consumidor pague o efeito do consumo pela sociedade.	No preço de consumo de um produto ou serviço deve estar incluído, além dos custos produção os custos sociais.
As empresas, consideradas como as principais instituições sociais, deveriam arcar com os mesmos custos de cidadania, tal como cidadão o faz, individualmente.	As empresas têm as mesmas obrigações sociais igualmente aos indivíduos.

Quadro 6: Modelo de responsabilidade social empresarial.

Fonte: Karkotli (2008).

2.2.3 Responsabilidade social no Brasil e no mundo

Shayon (2003) descreve conceito contemporâneo de RSE, em três fases, que surgiu com grande força com as empresas americanas e européias. As duas primeiras ocorreram, nos Estados Unidos, a primeira, no final dos anos 60, descrito como a realização de pequenas atividades comunitárias e o incentivo à participação de voluntários nos projetos de desenvolvimento social e a segunda no início dos anos 80, caracterizada pelo movimento nacional por um voluntário corporativo e elevou os esforços filantrópicos das empresas. A terceira surgiu em 2000, na Europa, onde as discussões estavam focadas na responsabilidade social corporativa, como uma empresa poderia demonstrá-la e comunicá-la, e de que forma seria avaliado o impacto social das empresas na sociedade. Ressalta, ainda, que as duas fases iniciais fracassaram devido a três razões básicas:

[...] alta de evidência forte de que os programas de RSE acrescentam valor às empresas;
alta de inclusão sistemática de quaisquer considerações não-econômicas no processo de tomada de decisão dos administradores; e
alta de uma conexão direta entre o investimento em atividades relacionadas à RSC e o “valor” que ele propicia (SHAYON, 2003, p. 15).

No Brasil, segundo o Instituto Ethos (2007), o movimento de valorização da responsabilidade social empresarial ganhou forte impulso na década de 90, através da ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão. O trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE na promoção do Balanço Social é uma de suas expressões e tem logrado progressiva repercussão.

A obtenção de certificados de padrão de qualidade e de adequação ambiental, como as normas ISO, por centenas de empresas brasileiras são exemplos dos avanços que têm sido obtidos em alguns aspectos importantes da responsabilidade social empresarial. Para Tachizawa (2011) esses avanços são possíveis quando as organizações partilham do entendimento de que deve existir um objeto comum, e não conflitante, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental em suas dimensões de conteúdo, forma e sustentação.

2.2.4 Instrumentos de evidenciação de responsabilidade social

Tem-se como instrumento de evidenciação os indicadores de Responsabilidade Social que funcionam como ferramenta de gestão empresarial para monitorar “os desafios de um mercado cada vez mais competitivo e, ao mesmo tempo, atender às crescentes demandas da sociedade” (INDICADORES ETHOS, 2010, p.3).

Para Karkotli e Aragão (2008) os Indicadores de Responsabilidade Social são utensílios que a empresa pode utilizar para direcionar as suas estratégias, bem como avaliar aplicação das metas e iniciativas planejadas para a parceria e transformação do seu entorno.

Conforme Karkotli (2006, p. 134):

Atualmente, existem diversos indicadores em vários países, de acordo com leis e estágios de responsabilidade social. São leis, guias para a ação social, normas, pesquisas, questionários, relatórios, balanços destinados a medir o grau de responsabilidade social das empresas.

Os instrumentos de evidenciação de responsabilidade social mais utilizados no Brasil são os Indicadores Ethos do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS), o Balanço Social do Instituto de Análise Sociais

e Econômicas (IBASE), as normas SA8000 do *Social Accountability International* (SAI), as normas *AccountAbility* – AA1000 do *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA) e a ISO 26000 representada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os Princípios de Diretrizes do *Global Compact*, os Princípios do Equador, as Diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), dentre outras. Vale ressaltar que para efeito contábil existe a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.003/04, em 19 de agosto de 2004.

2.2.4.1 Social Accountability 8000 (SA8000)

Social Accountability são normas criadas em 1997, pela *Social Accountability International* - SAI. Atualmente está na 3ª edição, lançada em 2008, que aborda questões sociais e estabelece nove requisitos de responsabilidade social voluntários a serem atendidos por empregados no ambiente de trabalho, incluindo-se os direitos dos trabalhadores, as condições no local de trabalho e os sistemas de gestão. Os elementos normativos da SA8000 são baseados na legislação nacional, em normas internacionais de direitos humanos e nas Convenções da OIT⁴.

SAI é uma organização não-governamental norte-americana, foi fundada pelo *Council on Economic Priorities* (CEP), em 1997, com sede em Nova York, tem como objetivo abordar questões sociais relativas às condições de trabalho do colaborador dedicada a melhorar local de trabalho e comunidades, através do desenvolvimento e implementação de normas socialmente responsável.

Essa norma é passível de auditoria e certificação. Conforme SAI (2008), a norma SA8000 tem os requisitos de responsabilidade social direcionado para o trabalho infantil; trabalho forçado e compulsório; saúde e segurança; liberdade de associação e direito à negociação coletiva; discriminação; práticas disciplinares; horário de trabalhos; remuneração e sistema de gestão.

A implantação da SA8000 na empresa se dá pela certificação SA8000 ou pelo Programa de Envolvimento de Empresa (*Corporate Involvement Program* - CIP). Para que a empresa obtenha o primeiro é necessário submeter-se à avaliação

⁴ Organização Internacional do Trabalho

de auditor independente, que verifica o cumprimento das normas estabelecidas pela SAI em relação a gestão, operações e prestação de contas.

Quanto ao segundo, somente empresas que vendem mercadorias, ou têm etapas de produção e venda desses produtos. Nessa última, a organização pode integrar há dois níveis de participação :

Níveis de participação	Descrição
SA 8000 Explorer	Tem como objetivo avaliar a SA 8000 como uma ferramenta ética para relações de trabalho.
SA 8000 Signatory	Visa implementar a SA 8000 na cadeia produtiva pela certificação de fornecedores e comunicação do processo de implementação aos stakeholders.

Quadro 7: Níveis de participação.

Fonte: Elaboração própria.

2.2.4.2 AccountAbility – AA1000

AccountAbility – AA1000 são normas internacionais de certificação composta por princípios e padrões de processo para ajudar as empresas a construir a sua prestação de contas e responsabilidade social através da qualidade social e ética de contabilidade, auditoria e relatórios. Aborda a necessidade de as organizações integrarem no seu cotidiano o engajamento com as partes interessadas.

A série AA1000 (Framework) foi lançada em 1999, pelo ISEA, uma organização não-governamental com sede em Londres, Reino Unido. A organização foi fundada em 1995 para promover inovações na prestação de contas a fim de avançar as práticas de responsabilidade social e ampliar a prestação de contas da sociedade civil e de órgãos públicos.

A série AA1000 é composta por três normas: AA1000APS (2008) *AccountAbility Principles Standard*; AA1000AS (2008) *Assurance Standard* e AA1000SES (2005) *Stakeholder Engagement Standard*.

Na revisão de 2008 da *AA1000 Assurance Standard* houve consenso quanto à colocação dos Princípios AA1000 da AccountAbility numa norma separada de forma a permitir uma aplicação mais vasta e facilitar a sua utilização durante o processo de *assurance*⁵ em sustentabilidade.

⁵ Refere-se aos métodos e processos aplicados para avaliar a fiabilidade da informação divulgada por uma organização relativamente ao desempenho em sustentabilidade, bem como aos sistemas, informações e processos subjacentes, de acordo com critérios e normas adequados.

A norma, *AA1000 AccountAbility Principles Standard - AA1000APS* (2008), é o produto desse consenso e inclui três princípios: o princípio fundamental da Inclusão e os princípios da Relevância e da Responsabilidade. Apesar do princípio da abrangência não estar incluído nos Princípios da *Accountability*, continua a ser essencial para a garantia de sustentabilidade, dado que se refere ao grau de implementação desses três princípios. Os Princípios AA1000 da *AccountAbility* incluídos nesta norma substituem todas as versões previamente publicadas pela *AccountAbility*.

Portanto, tem como objetivo oferecer melhores práticas para prestação de contas a fim de validar a contabilidade, auditoria e relatório social ético de todos os tipos de organizações, assegurando as de maneira gratuita, como enquadrar e estruturar a forma como compreendem, gerem, administram, implementam, avaliam e comunicam a sua prestação de contas.

2.2.4.3 Balanço Social IBASE

Balanço Social IBASE é um demonstrativo numérico que reúne um conjunto de informações sobre as atividades sociais da empresa (os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade), denominado de balanço social, que é publicado anualmente. Seu preenchimento é fácil, proporciona a qualquer cidadão a verificação dos dados e a comparação com outra empresa. Para organização serve como um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

De acordo com IBASE (2003), o objetivo do balanço social empresarial é mostrar o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dar transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi criado em 1981. Entre os fundadores está o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. É uma instituição sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e partidária. Tem como

missão aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade.

O IBASE desenvolve projetos de iniciativas nas seguintes linhas: Alternativas Democráticas à Globalização; Desenvolvimento e Direitos; Direito à Cidade; Economia Solidária; Processo Fórum Social Mundial; Juventude Democracia e Participação; Observatório da Cidadania: direitos e diversidade; Responsabilidade Social e Ética nas Organizações; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, pode se dizer que Balanço Social IBASE é uma ferramenta de gestão que permite mostrar todas as ações sociais desenvolvidas pela empresa que “quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta.” (IBASE, 2003).

2.2.4.4 Indicadores Ethos

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são questionários que funcionam como um instrumento de auto-avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social nas empresas. Podem ser aplicados por qualquer empresa interessada em medir seu grau de responsabilidade social, independente do seu porte e do setor a que pertença, e estão disponíveis gratuitamente no site www.ethos.org.br.

Os primeiros indicadores foram lançados pelo Instituto Ethos em junho de 2000, são atualizados anualmente, são questionários com sete dimensões de avaliações que abrange temas e peculiaridades de cada setor empresarial, com versões específica por setor como: franquias, jornais, financeiro, mineração, papel e celulose, construção civil com foco em construtora, transporte de passageiros terrestres, petróleo e gás, panificação e bar.

O preenchimento do questionário é feito via sistema, para que as respostas entrem junto com as respostas das demais empresas, no processamento estatístico feito pelo Instituto Ethos. As respostas das empresas são convertidas em pontuação e notas, as quais são enviadas a elas pelo Instituto Ethos, através de um relatório de diagnóstico. Diante do resultado a empresa pode comparar seu desempenho com o

de um grupo de *benchmarking*⁶ e com a média do grupo de empresas que responderam ao questionário no mesmo período (INDICADORES ETHOS, 2010).

Em 2003, o Instituto ETHOS elaborou em parceria com SEBRAE um indicador para micro e pequena empresa com objetivo de incentivar e contribuir para que a RSE fosse absorvida pelo o universo das micro e pequenas empresas.

Em 2006, tal indicador foi revisado o conteúdo e adaptado para aplicação por meio do sistema on-line para preenchimento. O questionário de avaliação está distribuído em sete grandes temas: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade e governo e sociedade, por sua vez, são divididos em 36 indicadores.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1998, por iniciativa de um grupo de empresários, inovadores, com visão estratégica, que perceberam que a empresa por estar inserida na sociedade deveria incorporar o conceito de responsabilidade social no seu cotidiano de gestão para estreitar as relações com seus diferentes públicos: os fornecedores, consumidores, os colaboradores, o meio ambiente, o governo e as comunidades em seu em torno. Sua Missão é mobilizar, sensibilizar e contribuir com as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável.

Portanto, conclui-se que os indicadores Ethos atuam como um mediador entre as práticas de responsabilidade social realizado pelas empresas e seus diferentes públicos.

2.2.4.5 Global Compact

Global Compact é um acordo para empresas preparado pelas Organizações das Nações Unidas, que pretende conciliar a força do mercado aos ideais dos direitos humanos, levando-se em conta os impactos sociais e ambientais produzidos pela globalização (LAUETTE, 2007). De acordo com o Pacto Global (2000), o termo está pautado em dois objetivos:

1. Integrar os dez princípios nas atividades comerciais ao redor do mundo;
2. Catalisar ações de apoio a objetivos mais amplos da ONU, inclusive de desenvolvimento do Milênio.

⁶ O Instituto Ethos classifica como as dez empresas com melhor desempenho.

O Global Compact não é um instrumento regulamentador da ONU e nem se caracteriza um código de conduta a ser seguido pelas empresas. Existe para apoiar o setor privado na gestão dos riscos cada vez mais complexos e oportunidades nas esferas ambiental, social e governança, procura incorporar mercados e as sociedades com os princípios e valores universais em benefício de todos, abrange quatro grandes temas com os respectivos princípios, divulgado por Pacto Global (2000):

Temas	Princípios
Direitos Humanos	Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente. Princípio 2: Certificar-se de que suas próprias corporações não estejam sendo cúmplices de abusos e violações de direitos humanos.
Trabalho	Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. Princípio 4: Eliminar de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório. Princípio 5: Erradicar trabalho infantil. Princípio 6: Eliminar a discriminação com respeito ao empregado e ao cargo.
Meio Ambiente	Princípio 7: Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais. Princípio 8: Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental. Princípio 9: Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias limpas que não agredem o meio ambiente.
Contra a Corrupção	Princípio 10: Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Quadro 8: Os dez princípios divulgados por Pacto Global.

Fonte: Elaboração própria.

O Pacto Global foi uma idéia lançada pelo ex-secretário das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, da realização de uma parceria entre a ONU, Organizações não-governamentais e empresas, na criação de uma estrutura social e ambiental para apoiar e assegurar a construção de mercado global livre e igualitário, para que mais indivíduos, em todo mundo, possam compartilhar dos benefícios na nova economia globalizada (LOUETTE, 2007).

As empresas que aceitarem o desafio que esses princípios representam ficarão mais próximas de mercados que valorizam e priorizam produtos e empresas parceiras do desenvolvimento sustentado, que associa à dimensão econômica às dimensões social e ambiental (KARKOTLI; ARAGÃO, 2008).

2.2.4.6 Princípios do Equador

Princípios do Equador é um conjunto de diretrizes a serem utilizadas pelas instituições financeiras para a determinação, avaliação e gestão de risco social e ambiental na liberação de financiamento de projeto.

As regras dos princípios do Equador na sua concessão de créditos foram lançadas, em 2003, pelos os dez maiores bancos associados ao *International Finance Corporation* (IFC), responsáveis por 30% do total de investimento em todo mundo. Esses princípios servem como uma base comum para a execução de todas as Instituições Financeiras dos Princípios do Equador nas próprias políticas internas social e ambiental, procedimentos e padrões relacionados às suas atividades de financiamento do projeto.

Conforme a presidência da associação as instituições não fornecem empréstimos a projetos em que o mutuário não será ou é incapaz de cumprir com as respectivas políticas sociais e ambientais e os procedimentos que aplicam os Princípios do Equador.

No ano da criação em 2003 a associação era composta por 10 Instituições Financeiras (IF), até abril de 2011, esse número passou para 71 instituições, dentre elas 4 brasileiras, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A, Itaú Unibanco S.A., assim listadas no quadro 9.

PAÍSES	N. de BANCO	PAÍSES	N. de BANCO	PAÍSES	N. de BANCO
Canadá	7	Japão	3	Egito	1
Países Baixos	6	Noruega	3	Itália	1
Estados Unidos	5	Portugal	2	Marroco	1
França Reino	5	Argentina	1	Nigéria	1
Reino Unido	5	Bélgica	1	Suíça	1
África do Sul	4	Chile	1	Suécia	1
Alemanha	4	China	1	Sultanato de Omã	1
Austrália	4	Colômbia	1	Uruguai	1
Brasil	4	Costa Rica	1	-----	-----
Espanha	4	Dinamarca	1	-----	-----

Quadro 9: As 71 IF que adotam o Princípio do Equador por País - 2011.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações extraída da *Home Page* do Princípio do Equador (2011).

Ressalta Shawn Miller (2010), diretor do Citi Global de Risco Ambiental e Social de Gestão e atual presidente da Associação que durante os sete anos de existência dos Princípios do Equador a paisagem do setor financeiro mudou

consideravelmente, a atenção da sociedade aumentou em relação às questões ambientais e sociais.

As instituições financeiras que adotam os Princípios do Equador passam ser denominadas de Instituição Financeira signatárias aos Princípios do Equador (*Equator Principles Financial Institutions –EPFIs*) de forma voluntária, mas uma vez essa aprovação feita a entidade deve adotar todas as medidas adequadas para aplicar e respeitar os Princípios com o intuito de garantir que os projetos que financiam sejam devolvidos de forma socialmente responsável e reflitam boas práticas de gestão ambiental.

As empresas com pretensão em obter recursos no mercado financeiro internacional deverão incluir, em suas estruturas de avaliação de *Project Finance*, questões como: Gestão de risco ambiental, proteção à biodiversidade e adoção de mecanismos de prevenção e controle de poluição; Proteção à saúde, à diversidade cultural e étnica e adoção de Sistemas de Segurança e Saúde Ocupacional; Avaliação de impactos socioeconômicos, inclusive as comunidades e povos indígenas, proteção a habitats naturais com exigência de alguma forma de compensação para populações afetadas por um projeto; Eficiência na produção, distribuição e consumo de recursos hídricos e energia e uso de energias renováveis; Respeito aos direitos humanos e combate à mão-de-obra infantil.

Na prática, as EPFIs concederão empréstimos apenas a projetos que respeitem os princípios de 1 a 9 de acordo com os Princípios do Equador (2006). São eles: Análise e Categorização; Avaliação Socioambiental; Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis; Plano de Ação e Sistemas de Gestão; Consulta e Divulgação; Monitoramento Independente e Divulgação de Informações; Divulgação de Informações pelas EPFIs.

A aplicação destes princípios é baseada no estabelecimento de um *rating* socioambiental, elaborado pelas EPFIs, sendo os projetos categorizados em A (alto risco), B (médio risco) ou C (baixo risco).

Há muitas vantagens tanto para o patrocinador do projeto quanto para a instituição financeira, conforme especificado nos Princípios do Equador (2010), para o primeiro incluem a uniformização da abordagem entre os credores patrocinadores poupadores de produzir diferentes avaliações ambientais de diferentes instituições, rapidez na aplicação de operações, mais segurança na execução do projecto, investimento mais seguro e vantagem na reputação. Quanto ao último, tem-se

terminologia comum para avaliar as questões ambientais e sociais, utiliza um quadro comum para a execução e documentação, aumento na produtividade através da redução do tempo de transação, mais segurança no fechamento de financiamentos de projetos, seguro de crédito do projeto e vantagem na reputação.

2.2.4.7 Global Reporting Initiative (GRI)

Global Reporting Initiative são diretrizes de comunicação sobre a responsabilidade social, ambiental e econômica das empresas. Tem como objetivo elevar a qualidade dos relatórios das empresas a um nível passível de comparação, consistência e utilidade.

A *Global Reporting Initiative* é uma organização não-governamental internacional sem fins lucrativos, com sede em Amsterdã, na Holanda, constituída em 2002. De 1997 a meados de 2002, era somente um projeto da *Coalition for Environmentally Responsible Economy* (Ceres), instituição não-governamental americana em parceria com o Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (Pnuma), cuja missão é desenvolver e disseminar mundialmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Todas as elaborações das versões das Diretrizes e Protocolos para Relatórios de Sustentabilidade contaram com a participação de voluntários de empresas, ONGs, trabalhadores, profissionais de contabilidade, investidores, auditores, consultores, ativistas de direitos humanos e representantes da comunidade científica, entre outros. Essas diretrizes encontram-se na terceira versão.

Há várias mudanças nessa nova versão com parada com as anteriores como, melhor estruturação do relatório e visualização dos conteúdos. As Informações sobre a forma de gestão propiciam que o relator explicita o contexto no qual o desempenho da organização deve ser interpretado, Figura 1.



Figura 1: A estrutura do relatório da GRI
Fonte: *Global Reporting Initiative* (2006)

Uma nova divulgação da estratégia e análise permite que as organizações relatoras descrevam sucintamente sua abordagem geral em relação à gestão da sustentabilidade, Figura 2.

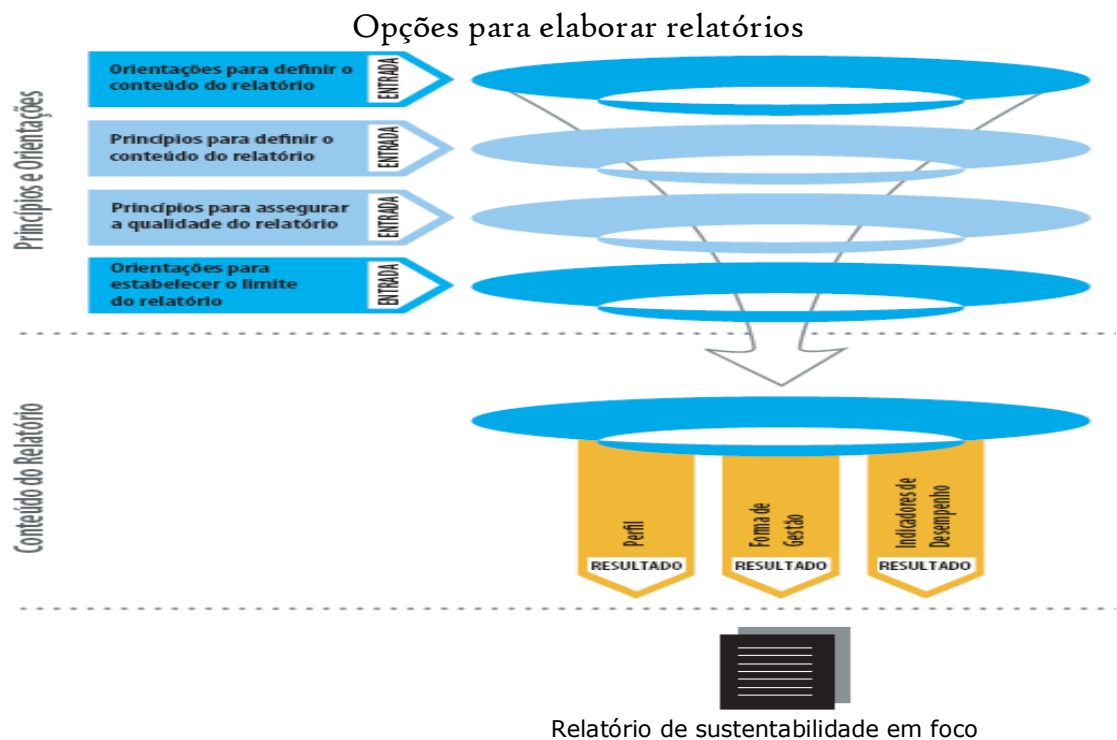


Figura 2: Visão geral das diretrizes da GRI
Fonte: *Global Reporting Initiative* (2006)

Os princípios para a elaboração de relatórios de sustentabilidade são: Materialidade, Inclusão dos *stakeholders*, Contexto da sustentabilidade, Exatidão, Periodicidade, Clareza e Confiabilidade.

Um relatório de sustentabilidade baseado nas Diretrizes da GRI, entre outros propósitos pode ser utilizados segundo manual do Global Reporting Initiative (2006, p.3) como:

Padrão de referencia (*benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; Demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; Comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo.

Em uma recente pesquisa feita por Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) reforçam a importância de ferramentas como as diretrizes da *Global Reporting Initiative* para avaliação de indicadores de sustentabilidade, mas também alerta quanto à necessidade de mais objetividade na definição dos indicadores, após a verificação da elevada quantidade de unidades de informação requeridas em um único indicador.

2.2.4.8 ISO 26000

ISO 26000 é uma norma internacional de responsabilidade social que estabelece um padrão internacional de diretrizes de Responsabilidade Social, mas não é uma norma certificadora. De acordo com os responsáveis pela ISO 26000, qualquer oferta de certificação constitui em declaração falsa e incompatível com o propósito da norma (ISO 2600, 2010).

Foi criado em 1946, com sede em Genebra, Suíça, a *Internacional Organization for Standardization* (ISO), uma confederação internacional de órgãos nacionais de normalização de todo o mundo. Tem como objetivo promover as normas e atividades que favoreçam a cooperação internacional nas esferas intelectual, científica, tecnológica e econômica. Está representada em mais de 150 países, pelos organismos nacional de normalização. No Brasil é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sua representante.

A ISO 26000 foi publicada em 1 de novembro de 2010, em Genebra. No Brasil, no dia 8 de dezembro de 2010. Essa norma aponta como a mais inovadora dentro da ISO por ter como premissa a construção coletiva do conhecimento e a

participação *multistakeholder*: consumidores, empresas, governos, organizações não governamentais, trabalhadores, além de organismos de normalização e entidades de pesquisa.

Sua finalidade consiste em apresentar diretrizes de responsabilidade social (mas não de gestão) e fornecer orientações para todo tipo de organizações, independente do porte ou localização a incorporá-las a sua gestão. A proposta é tornar-se referência em Responsabilidade Social, capaz de guiar as organizações em diferentes culturas e sociedades para estimular a melhoria do desempenho e resultados.

Por fim, essa norma aborda temas de Governança Organizacional, Direitos Humanos, Práticas de Trabalho, Meio Ambiente, Questões relativas ao consumidor, Práticas leais de operação e Desenvolvimento social.

2.2.4.9 NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental

NBC T 15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental. Seu objetivo é de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Foi elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade e aprovada pela Resolução CFC nº 1.003/04, em 19 de agosto de 2004, passou a vigorar em 01/01/2006, mas com recomendação de adoção antecipada.

Entende-se como informações de natureza social e ambiental (Resolução CFC n 1.003/04):

- I. A geração e a distribuição de riqueza;
- II. Os recursos humanos;
- III. A interação da entidade com o ambiente externo;
- IV. A interação com o meio ambiente.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2004), a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental - DINSA deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos por essa norma e deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis e não ser confundido com notas explicativas.

A DINSAs deve ser apresentada para efeito de comparação com as informações do exercício atual e do exercício anterior. As informações contábeis contidas na DINSAs são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, deve ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciarem o critério e o controle utilizado para garantir a integridade da informação. Porém, a responsabilidade de informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

2.3 BALANÇO SOCIAL

2.3.1 Aspectos conceituais

De acordo com o IBASE (2003), o Balanço Social é um demonstrativo numérico que reúne um conjunto de informações sobre as atividades sociais da empresa. Pode ainda ser definido como um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Conforme Vieira (2006), o primeiro balanço social foi feito em 1972, pela empresa francesa Singer. Em 1977, a justiça francesa aprovou lei que tornou obrigatório o balanço social para as empresas com trezentos ou mais funcionários. Com a aprovação da lei, em função das preocupações com as causas sociais e ambientais, o balanço social passou a ser um instrumento contábil utilizado mundialmente.

O conceito de Balanço Social difere entre autores. Por exemplo: para Freire (1997, p.4) é [...] um conjunto de informações com base técnica contábil, gerencial e econômica capaz de proporcionar uma visão da relação capital-trabalho. Sucupira (1999, p.1) define como [...] um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas aos seus empregados e à comunidade. Melo Neto e Froes (2001, p.130) traduz como um [...] instrumento de avaliação do desempenho da empresa no campo da cidadania empresarial. No entanto esses autores convergem para um mesmo ponto de que é através do balanço social que as empresas podem prestar conta ao seu principal mantenedor, a sociedade em geral, sobre sua responsabilidade social.

Para Tinoco (2008) o Balanço Social dirige-se a vários usuários, dos quais destacam os trabalhadores, clientes, acionistas, sindicatos de trabalhadores, instituições financeiras, fornecedores, credores, autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, Estado, comunidade local, pesquisadores, professores e todos os formadores de opinião.

No que concerne aos usuários da Contabilidade e do Balanço Social, Tinoco (2008) especifica algumas metas a serem seguidas:

USUÁRIOS	METAS RELEVANTES
Clientes	Produtos com qualidade; recebimento de produtos em dia; produtos mais baratos, cortesia no atendimento.
Fornecedores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa; salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado; segurança no emprego; efetivo.
Investidores potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.
Acionistas controladores	Retorno sobre o Patrimônio Líquido; Retorno sobre o Ativo; continuidade; crescimento no mercado; valor adicionado.
Acionistas minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.
Gestores	Retorno sobre o patrimônio líquido; continuidade; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.
Governo	Lucro tributável, valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança, qualidade, cidadania.

Quadro 10: Os Usuários da Contabilidade e Balanço Social.

Fonte: Adaptada de Tinoco (2008).

2.3.2 Aspectos históricos

O uso do Balanço Social iniciou-se nos anos 60, nos EUA e na Europa, quando o repúdio da população à guerra do Vietnã motivou um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de empresas ligadas ao conflito. A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. A elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social resultaram no hoje denominado balanço social (TORRES; MANSUR, 2008).

A idéia no Brasil começou a ser discutida na década de 70. Porém, somente nos anos 80 os primeiros balanços sociais de empresas surgiram. A partir da década de 90 corporações de diferentes setores passaram a publicar seu balanço social anualmente.

De acordo com Torres e Mansur (2008), a proposta ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em junho de 1997 lançou uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social. Através do apoio e da participação de lideranças empresariais, a campanha decolou e suscitou diversos debates. É possível verificar que o sucesso desta iniciativa e afirmar que o processo de construção de uma nova mentalidade e de novas práticas no meio empresarial está em pleno curso.

Todos são beneficiados com a divulgação do Balanço Social dentro de uma corporação, dos dirigentes ao corpo funcional. Segundo o IBASE (2003) o BS fornece aos dirigentes informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais desenvolvidos pela empresa. Quanto que ao corpo funcional ele estimula a participação dos funcionários e funcionárias na escolha das ações e projetos sociais, com isso eleva o grau de comunicação interna e integração nas relações entre ambos, resultando assim no crescimento para a organização.

O Balanço Social é útil ainda na evidenciação dos retornos econômicos que pode gerar para as organizações, sabendo-se que o capital financeiro migra com maior facilidade, devido ao mercado globalizado, isso significa que irá ocorrer uma seleção natural das empresas que melhor souberem apresentar e explorar seu desempenho e imagem.

2.3.3 Balanço social empresarial

O objetivo do balanço social empresarial, segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007), é divulgar o resultado da influência mútua entre empresa e o meio onde ela está implantada. Para os autores, o BS da empresa tem que demonstrar os resultados das ações com recuperação ambiental, recursos humanos, demonstração do valor Adicionado e benefícios e contribuições à sociedade civil, conforme detalhamento:

Vertentes	Descrição
Balanço Ambiental	Demonstra os investimentos em equipamentos e tecnologia voltados a recuperação ambiental, objetivando sua preservação e proteção.
Balanço de Recursos Humanos	Visa evidenciar o perfil da força de trabalho, como a idade, o sexo, formação escolar, estado civil e tempo de trabalho na empresa, bem como a remuneração e benefícios concedidos aos funcionários como salário, auxílio alimentação, educação, saúde e transporte. Nessa vertente também poderão ser discriminados os gastos realizados em benefício à sociedade tais como construção e/ou reforma com centros de recreação, hospitais ou escolas para a comunidade.
Demonstração do Valor Adicionado	Evidencia a contribuição da empresa para o desenvolvimento da região, ou seja, discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e a forma como distribui essa riqueza.
Benefícios e Contribuições à Sociedade Civil	Demonstra o grau de responsabilidade social assumido pela empresa com as necessidades básicas da população, mediante investimentos voluntários como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais e educação de necessitados.

Quadro 11: As vertentes do balanço social.
Fonte: Elaboração própria.

Para Torres e Mansur (2008), a empresa mostra no balanço social o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade em geral, dando transparência às atividades que procuram melhorar a qualidade de vida de todos. Isto é, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, estabelecendo maiores vínculos entre a empresa, à sociedade e o meio ambiente.

Quando construída por múltiplos profissionais, o balanço social é uma ferramenta que tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta.

2.3.4 Balanço Social *versus* Contabilidade Social

Para Tinoco (2008, p. 24) a [...] empresa aparece cada vez mais como sendo resultado de uma coalizão de interesses entre os diferentes grupos sociais, Figura 3. A organização desse grupo intensifica o seu poder e por isso necessita de exercer informação, cujas modalidades são adaptadas as suas exigências.

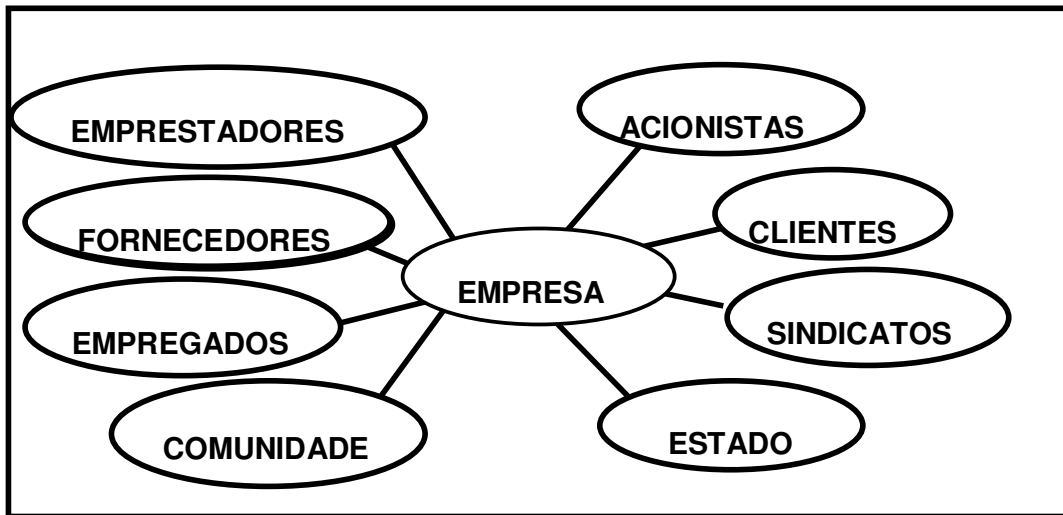


Figura 3: A empresa é uma coalizão de interesses.
Fonte: Tinoco (2008)

Dentre as exigências encontra-se a mensuração social na empresa que, segundo Raymonder Danziger (apud TINOCO, 2008) é a contabilidade dos recursos humanos e a mensuração das satisfações dos trabalhadores.

Conforme Tinoco (2008), balanço social *versus* contabilidade social levam em conta o potencial humano e as atitudes dos assalariados. A importância na contabilidade dos recursos humanos está centrada na mensuração do custo-benefício do fator de produção. A mensuração da satisfação avalia-se pela felicidade dos funcionários, pois melhores condições de moradia, higiene, segurança no trabalho, proteção ambiental, melhores salários implicam em maior satisfação no trabalho e, em consequência, maior produtividade.

Assim como a Contabilidade é a ciência que estuda os acontecimentos ocorridos no patrimônio das entidades (FRANCO, 1997), a Contabilidade Social estuda através da coleta, registro, e análise de fatos e dados, das influências recebidas e exercidas sob o meio social em que a empresa está inserida, bem como as consequências de sua existência nesse meio (DAVID, 2001).

De acordo com David (2001), a Contabilidade Social é realizada através do Balanço Social da mesma empresa que produz o Balanço Patrimonial para demonstrar o patrimônio financeiro da empresa, tem-se o Balanço Social para demonstrar as influências da empresa, medidas através da Contabilidade Social.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipos e Métodos de Pesquisa

Esta pesquisa foi fundamentada no método comparativo, de caráter quali-quantitativo, natureza de estudo exploratória e técnica de coleta documental e bibliográfica, conforme justificativa:

Método comparativo, de acordo com Gil (1999) tem por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e precisão no estudo dos fatos sociais. O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Nesta pesquisa foi aplicado com o objetivo de responder as perguntas de pesquisa (Quadro 12).

Caráter quali-quantitativo, como o próprio nome sugere, representa a combinação das modalidades qualitativa e quantitativa, a primeira é dedicada à compreensão dos significados dos eventos, sem a necessidade de utilizar-se de ferramenta estatísticas e a outra com base no positivismo, considerada como investigação objetiva que se baseia em variáveis mensuráveis e proposições prováveis (LAKATOS; MARKONI, 2002). Qualitativa, pois buscou compreender os indicadores de responsabilidade social evidenciado no balanço social contido no relatório anual das empresas de capital aberto (Quadro 13). Quantitativa, por ter sido necessário mensurar o nível de atendimento do balanço social das empresas pesquisada a Resolução do CFC nº 1003/04 com objetivo alcançar as proposições dessa pesquisa (item 3.3).

Natureza Exploratória, que se apóia em análises documentais e bibliográficas, busca sistematizar o assunto desenvolvido por outros autores de forma a atingir os objetivos propostos (GIL, 2002). O que se justificou o uso de tal natureza de estudo nessa pesquisa foi o fato de buscar alcançar às respostas as perguntas da pesquisa (Quadro 12).

A técnica de coleta de dados adotada nessa dissertação, como já citada anteriormente, foi a documentação indireta, incluiu-se a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, sabe-se que toda pesquisa implica no levantamento de dados de variadas fontes.

A pesquisa documental é caracterizada pelo fato de a fonte de coleta de dados se restringirem a documentos, constitui o que recebe o nome de fontes primárias (LAKATOS; MARCONI, 2002). As fontes primárias a serem investigadas neste estudo compreendem o Relatório Anual de Sustentabilidade das empresas de capital aberto.

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema do estudo, incluindo principalmente, livros, revistas, artigos, teses, dentre outros, (LAKATOS; MARCONI, 2002) o que foi usado na elaboração do referencial teórico nessa pesquisa.

3.2 Perguntas da Pesquisa

As perguntas de pesquisa são elaboradas com o objetivo de auxiliar o pesquisador durante a realização do projeto e sua formulação esta atrelada aos objetivos específicos (YIN, 2010). No Quadro 12 tem-se as questões que foram resolvidas para cumprir os objetivos específicos:

Perguntas da Pesquisa	Objetivos Específicos
<p>Quais os indicadores de Responsabilidade Social que empresas de capital aberto utilizaram para validar seu Balanço Social?</p> <p>Qual a metodologia utilizada na validação do Relatório Anual pelas empresas?</p> <p>Qual diferença foi detectada no Balanço Social entre as empresas que explique melhor evidenciação de Responsabilidade Social?</p>	<p>Identificar os principais indicadores de evidenciação de Responsabilidade Social que valida o Balanço Social das empresas de capital aberto.</p>
<p>Quais os indicadores que os estudos teóricos de evidenciação de Responsabilidade Social recomendam?</p> <p>Quais os indicadores de Responsabilidade Social que as empresas de capital aberto mais utilizaram e deixaram de utilizar?</p> <p>Quais as interpretações dos resultados presentes na análise e quais as interpretações possíveis?</p>	<p>Comparar os indicadores de evidenciação de Responsabilidade Social das empresas de capital aberto com os citados na literatura.</p>
<p>Qual empresa de capital aberto apresentou o conteúdo do Balanço Social dentro da Resolução CFC nº 1.003/04, que dispõe sobre informações de natureza social e ambiental?</p>	<p>Identificar o conteúdo do Balanço Social das empresas através da Resolução do CFC nº 1.003/04.</p>

Quadro 12 - Perguntas de Pesquisa e Objetivos específicos.
Fonte: Elaboração própria.

3.3 Proposições de pergunta

Elaboraram-se as proposições da pesquisa com o objetivo de assinalar o foco do objeto de estudo e orientar o pesquisador a respeito das evidências que deve procurar e em quais teorias fundamentará os resultados. Relacionam-se às proposições iniciais da pesquisa:

- a) As empresas de capital aberto utilizam Balanço Social na evidenciação da Responsabilidade Social;
- b) As empresas de capital aberto utilizam relatórios auditados;
- c) O Balanço Social das empresas se enquadram na Resolução CFC nº 1.003/04.

3.4 Universo, local e amostra

Analisaram-se os relatórios anuais de sustentabilidade referentes ao ano de 2010 das empresas de capital aberto, com base em BM&F-BOVESPA (2011). Do universo de 375 empresas tomou-se como amostra as 13 maiores empresas brasileiras por valor de mercado de capital aberto da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 2011, conforme Quadro 13. O critério de escolha foi o fato de que perfazia aproximadamente 57% do valor total de mercado da BM&F-BOVESPA:

Ord.	Empresas	Valor de mercado (R\$ bilhões)	Ord.	Empresas	Valor de mercado (R\$ bilhões)
1	Petrobras	334,6	8	Itaúsa	52
2	Vale	258,2	9	OGX Petróleo	51,9
3	Itaú Unibanco	151,2	10	Companhia Siderúrgica Nacional	32,7
4	Ambev	138,6	11	Eletrobrás	31,9
5	Bradesco	109,5	12	Souza Cruz	30,3
6	Banco do Brasil	80,2	13	Gerdau	28,3
7	Santander-Br	67,8			

Quadro 13: As 13 maiores empresas brasileiras por valor de mercado. Maio de 2011.
Fonte: BM&F-BOVESPA (2011).

Em uma segunda análise optou-se em pesquisar apenas as empresas que utilizassem a metodologia GRI na validação do seu relatório anual de sustentabilidade 2010, conforme Quadro 14:

Ord.	Empresa	Modelo adotado
1	Petrobras	GRI
2	Vale	GRI
3	Itaú Unibanco	GRI
4	Banco do Brasil	GRI

Quadro 14: As quatro empresas brasileiras que usam modelo GRI, 2011.

Fonte: Adaptado pelo autor com base no relatório anual das empresas.

3.5 Planejamento da pesquisa

O objetivo da etapa foi identificar no relatório anual uma lista de categoria de indicadores de responsabilidade social que validasse o Balanço Social, das empresas, para posterior verificação da relação com a Resolução CFC nº 1.003/04. Cabe observar que não se avaliam os resultados de investimentos sociais. O estudo propõe identificar quais as ações e compará-los com a Resolução CFC nº 1.003/04 para que se alcance o objetivo geral proposto.

Na fase de revisão bibliográfica examinou-se a literatura por meio de pesquisas de autores nacionais e internacionais, bem como foi feita análise preliminares, capazes de gerar informações substanciais para a contextualização e para o conhecimento das características do objeto em estudo.

Considerando que os estudos sobre Balanço Social são relativamente recentes e, no Brasil, as empresas não são obrigadas a elaborá-lo, alguns datam de meados dos anos noventa e, encontram-se em constante aprimoramento, com escassas referências bibliográficas ou poucos estudos. Ressalta-se que esta pesquisa utilizou a metodologia documental. Direcionou-se a análise e a exploração do Balanço Social divulgado pelas empresas no Relatório Anual de Sustentabilidade de 2010, para explicar a evidenciação da responsabilidade social.

Na fase da análise documental, o processo desenvolveu-se em quatro fases sucessivas e complementares: i. a identificação dos dados nos site das empresas; ii. leitura atenta do texto e documentos como Balanço Social, às vezes denominado de Relatório Anual ou Relatório de Sustentabilidade, a procura das informações

sobre demonstrações de valores adicionados, recursos humanos, interação com o ambiente externo, interação com meio ambiente; iii. crítica ou exame do texto e dos aspectos materiais do documento; e, iv. prova ou comparação de indicadores de responsabilidade social e modelo de balanço social analisados.

Apesar das limitações apresentadas pelo tipo de documento, ainda é o instrumento mais adequado para atingir o objetivo proposto, sendo o único que declara todas as ações sociais realizada pela empresa (FREGONESI, 2009). Entre as limitações inclui-se a possibilidade do relatório não ser auditado, diminuindo o nível de confiabilidade da informação, e a não existência de um padrão de relatório oficial a ser adotado mundialmente, prejudicando a comparabilidade da informação.

Ainda nessa fase, desenvolveu-se o roteiro da análise do conteúdo, dividido em três partes, sendo as duas partes iniciais com descrição da empresa e características do relatório. A terceira e mais importante analisa o relatório para atingir o objetivo proposto. Assim, dividiu-se o roteiro em:

Ordem	Roteiro de análise do conteúdo	Questões
A	Descrição da empresa.	De A.1 a A.6
B	Informações sobre a estrutura no relatório.	De B.1 a B.3
C	Informações divulgadas pela empresa no relatório quanto aos indicadores de natureza social e ambiental disposto na Resolução CFC n° 1003/04.	De C.1 a C.4

Quadro 15: Roteiro de análise do conteúdo.

Fonte: Elaboração própria.

O roteiro desenvolvido sugere uma categorização prévia dos indicadores de evidenciação de Responsabilidade Social. O roteiro foi, em sua maioria, baseado em Fregonesi (2009).

Quanto à amostra, optou-se por adotar uma amostra intencional, pois o objetivo é verificar se o Balanço Social, divulgado no relatório anual, evidencia a responsabilidade social das empresas de capital aberto. Na primeira seleção da amostra tomou-se as trezes maiores empresas por poder de mercado listada no site da BM&F Bovespa, Quadro 13. Segundo Fregonesi (2009) as empresas usam as Diretrizes desenvolvidas pela GRI como ferramenta para legitimação das suas ações e decisões. Nesse sentido estudou-se somente as empresas que usassem a metodologia GRI, sendo assim, de treze, reduziu-se o tamanho da amostra para quatro empresas, Quadro 14.

Após a coleta, tabularam-se os dados para análise. A análise dos resultados é apenas descritiva, visto que o objetivo do estudo exploratório é esclarecer idéias

sobre indicadores de evidenciação de responsabilidade social. É importante ressaltar que se usaram os indicadores de natureza social e ambiental descritos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003/04 como ferramenta de comparação com objetivo de validar o objeto de estudo da pesquisa.

Com esses procedimentos, objetivou-se o aumento da confiabilidade da pesquisa, assim como a sua validade.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como a amostra é intencional, não foi possível estabelecer nenhum tipo de relação entre tamanho da empresa e qualidade do relatório, ou ainda o controle e característica do relatório. O objetivo desta etapa é complementar a caracterização da amostra. A Tabela 1 evidencia as respostas para as perguntas:

A1. O tipo de controle da empresa.

A2. Número de pessoas a empresa declarou empregar no Relatório Anual 2010.

a. Número de empregados.

b. Número de empregados terceirizados.

A3. Receita Líquida (RL) em R\$ milhões.

A4. Margem Líquida (ML) em %.

A5. Valor do ativo consolidado em R\$ bilhões.

A6. Agregação do balanço social ao relatório anual.

Empresa	A1	A2a	A2b	A3	A4	A5	A6
Petrobras	Misto	80.492	291.606	213,27	16,5%	519,97	Sim
Vale	Privada	174.000	103.300	83,25	36,1%	215,17	Sim
Itaú Unibanco	Privada	108.040	Não informou	91,69	33%	568,46	Sim
Banco do Brasil	Misto	109.026	35.007	93,15	12,6%	802,8	Sim

Tabela 1: Dados de caracterização da amostra coletados na parte A do roteiro de avaliação dos relatórios.

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 2 indica a segunda parte do relatório de análise de conteúdo do Relatório Anual das empresas pesquisadas. O objetivo foi caracterizar os relatórios analisados para que se identificar o conteúdo mais amplo da amostra da pesquisa.

As questões respondidas foram:

B1. Divulgação da Resolução CFC nº 1003/04.

B2. Além do modelo GRI é declarado outro modelo no relatório. Quantos.

B3. O Relatório está estruturado conforme as quatro vertentes do balanço social.

Empresa	B1	B2	B3
	Resolução CFC nº 1003/04	Outro modelo	Quatro vertentes
Petrobras	Não	Sim (2)	Não
Vale	Não	Sim (3)	Não
Itaú Unibanco	Não	SIM (5)	Não
Banco Brasil	Sim	SIM (3)	Não

Tabela 2: Dados de caracterização da amostra coletados na parte B do roteiro de avaliação dos relatórios.

Fonte: Dados da pesquisa.

(B1) A Resolução CFC nº 1.003/04 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental. Seu objetivo é demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Foi elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 19 de agosto de 2004, passou a vigorar em 01/01/2006, mas com recomendação de adoção antecipada. Entretanto, 75% dos relatórios analisados não incluíam a Resolução CFC nº 1.003/04. A verificação da dispersão de todas as informações da Norma do CFC ao longo desses relatórios evidencia-se no item C.

(B2) O objetivo dessa pesquisa não é de analisar padrão de modelo de relatório, mas verificar se o Balanço Social, divulgado no relatório anual, evidencia a responsabilidade social das empresas de capital aberto, usou-se o modelo GRI, somente como critério de redimensionamento da amostra. Esse modelo apresenta volumoso número de indicadores de responsabilidade social. O item identificou que nos relatórios são citados a adoção de outros modelos de indicadores de RS, assim descritos no Quadro 16:

Empresas	Modelo
Petrobras	Princípios Pacto Global e ISO 26000
Vale	Princípios Pacto Global; ICMM e ISE
Itaú Unibanco	Princípios Pacto Global; Princípios do Pacto Global; AA1000; Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo e Protocolo Verde.
Banco do Brasil	Princípios Pacto Global; IBASE e Resolução do CFC nº 1.003/04

Quadro 16: (B2) Além do modelo GRI é declarado outro modelo no relatório.

Fonte: Relatório anual 2010 das empresas pesquisadas.

(B3) Nenhuma das empresas pesquisadas estruturou seu relatório usando as vertentes do balanço social (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007), ou seja, demonstração do valor adicionado, recursos humanos, recuperação ambiental e benefícios e contribuições à Sociedade Civil. Para efeito de coleta de dados usou-se como a estruturação das vertentes no sumário do relatório da empresa. As verificações evidenciadas nos relatórios analisados estão disponibilizadas nos resultados da parte C.

Após analisar os dados coletados sobre a empresa e os relatórios, analisou-se as informações divulgadas no relatório anual das empresas que compõem a amostra. A parte C da análise dos relatórios arrola as classificações da informação quanto à divulgação das informações de natureza social e ambiental, conforme a Resolução CFC n° 1.003/04, a saber:

- C1. Geração e distribuição de riqueza;
- C2. Recursos humanos;
- C3. Interação com o ambiente externo;
- C4. Interação com meio ambiente.

Do Quadro 17 ao Quadro 23 tem-se o grau de atendimento do Relatório das empresas quanto à quantidade de indicadores da Resolução do CFC n° 1.003/04, embora não seja possível encontrá-los no mesmo padrão de identificação quando pesquisados no relatório anual

(C1) Geração e distribuição de riqueza

Segundo Resolução CFC 1.003/04 a riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na Norma Brasileira de Contabilidade T 3.

Observou-se, no Quadro 17 que a média aritmética do grau de atendimento dos relatórios analisados quanto ao quesito da Resolução CFC n° 1.003/04 foi de 67,7%. Dos seis componentes da Demonstração do Valor Adicionado, quatro não foram divulgados nos relatórios de duas empresas, Vale e Itaú Unibanco. De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007) a Demonstração do Valor Adicionado evidencia a contribuição da empresa para o desenvolvimento da região, ou seja, discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e a forma como distribui essa riqueza.

O Quadro 17 apresenta os componentes da Demonstração do Valor Adicionado evidenciado no relatório anual de cada empresa, bem como o grau de atendimento a Resolução CFC nº 1.003/04, a saber:

A DVA deve evidenciar	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Receita bruta e as outras receitas	Sim	Sim	Sim	Sim
Insumos adquiridos de terceiros	Sim	Não	Não	Sim
Valores retidos pela entidade	Sim	Não	Não	Sim
Valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades	Sim	Não	Não	Sim
Valor total adicionado a distribuir	Sim	Não	Não	Sim
Distribuição do valor adicionado	Sim	Sim	Sim	Sim
Grau de atendimento	100%	33,3%	33,3%	100%

Quadro 17: Os Componentes da Demonstração do Valor Adicionado.

Fonte: Dados da pesquisa.

(C2) Recursos humanos

Os indicadores de recursos humanos são agrupados quanto a: i. a remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos; ii. as informações relativas à composição dos recursos humanos; e, iii. as informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, fatores indicados, respectivamente, nos Quadros 18, 19 e 20.

Observou-se no Quadro 18 que os relatórios das empresas de capital misto, Petrobras e Banco do Brasil, alcançaram o grau de atendimento de 92% do item da Resolução CFC nº 1.003/04, em quanto os relatórios das empresas privadas, Vale e Itaú Unibanco, atingiram 15% e 0%, respectivamente.

Como exemplo o Banco Itaú Unibanco informou as realizações sociais, mas não divulgou na forma quantitativa monetária em nenhum item listado no Quadro 18. Portanto não se consideraram, pois segundo Resolução CFC nº 1.003/04 as informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item. Dessa forma, a média aritmética do grau de atendimento dos relatórios analisados no quesito atendeu apenas 49,3% a Resolução do CFC nº 1.003/04.

O Quadro 18 tem-se a descrição detalhada dos indicadores de responsabilidade social quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos segundo Resolução CFC nº 1.003/04. Tais informações foram comparadas com as divulgadas no relatório anual e calculado o grau de atendimento a Resolução para cada empresa, a saber:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos	Sim	Sim	Não	Sim
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com encargos sociais	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com alimentação	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com transporte	Não	Não	Não	Sim
Gastos com previdência privada	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com saúde	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com segurança e medicina do trabalho	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	Sim	Não	Não	Sim
Gastos com cultura	Sim	Não	Não	Não
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	Sim	Sim	Não	Sim
Gastos com creches ou auxílios-creche	Sim	Não	Não	Sim
Participações nos lucros ou resultados.	Sim	Não	Não	Sim
Grau de atendimento	92,0%	15,0%	0,0%	92,0%

Quadro 18: Remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 19 mostra que apenas o relatório do Banco do Brasil contempla os indicadores listado pela Resolução CFC nº 1.003/04, com em menor grau o relatório da Vale, com 50%, e os demais relatórios superaram 60% de atendimento. Assim, o grau médio dos relatórios para o quesito atende a Resolução CFC nº 1.003/04 em 77,5%.

Quadro 19 tem-se a descrição detalhada dos indicadores de responsabilidade social quanto às informações relativas à composição dos recursos humanos segundo Resolução CFC nº 1.003/04. Tais informações foram comparadas com as

divulgadas no relatório anual e calculado o grau de atendimento a Resolução para cada empresa, a saber:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Total de empregados no final do exercício	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de admissões	Sim	Não	Não	Sim
Total de demissões	Sim	Não	Não	Sim
Total de estagiários no final do exercício	Sim	Não	Sim	Sim
Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	Sim	Não	Sim	Sim
Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de empregados por sexo	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos; de 18 a 35 anos; de 36 a 60 anos; acima de 60 anos	Sim	Sim	Sim	Sim
Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados	Não	Não	Não	Sim
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo	Sim	Sim	Sim	Sim
Grau de atendimento	90,0%	50,0%	70,0%	100%

Quadro 19: Recursos Humanos: Informações relativas à composição dos recursos humanos. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 20 indica que nenhuma empresa divulgou as informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados. Ressalta-se que, durante as análises dos relatórios, evidenciaram-se informações sobre processos judiciais, mas as informações disponibilizadas sobre o assunto não possibilitaram sua classificação como indicador do quesito. Portanto, conclui-se que as informações dos relatórios analisados não atenderam a Resolução do CFC nº 1.003/04, atingindo assim com grau de atendimento zero.

Quadro 20 dispõe sobre as informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade. As informações foram comparadas com as divulgadas no relatório anual e calculado o grau de atendimento a Resolução para cada empresa, a saber:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;	Não	Não	Não	Não
Número de processos trabalhistas julgados procedentes;	Não	Não	Não	Não
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes;	Não	Não	Não	Não
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.	Não	Não	Não	Não
Grau de atendimento	0%	0%	0%	0%

Quadro 20: Recursos Humanos: Informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 aponta o grau médio de atendimento do relatório das empresas quanto a recursos humanos. As informações relativas à composição dos recursos humanos tiveram o maior grau de atendimento, 77,5%, em quanto às informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade não foram evidenciadas. Tal fato parece indicar que as companhias omitem indicadores que possam repercutir negativamente sobre a sua imagem. Também, a média aritmética dos três itens do grau de atendimento a Resolução do CFC nº 1.003/04 do quesito recursos humanos foi 42,5%.

Tabela 3 aborda sobre grau de atendimento dos relatórios com relação as três dimensões recursos humanos conforme critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Recursos humanos	Grau de atendimento
Remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos.	43%
Informações relativas à composição dos recursos humanos.	77,5%
Informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade.	0%

Tabela 3: Grau de atendimento dos relatórios com relação à dimensão recursos humanos. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa.

(C3) Interação com o ambiente externo

A dimensão está composta das informações relativas à interação com a comunidade e com os clientes. As análises do relatório das empresas quanto aos indicadores do quesito C3 estão no Quadro 21 e 22.

Os indicadores listados no Quadro 21 evidenciaram no relatório das empresas analisadas o total dos gastos em que os relatórios da Petrobras, Vale e Banco do

Brasil alcançaram 80% de atendimento às informações relativas à interação com a comunidade, cada um. Porém, o grau médio de atendimento dos relatórios a Resolução CFC nº 1.003/04 foi de 75%.

Tem-se no Quadro 21 a descrição detalhada dos indicadores de responsabilidade social de interação com o ambiente externo sobre Informações relativas à interação com a comunidade segundo Resolução CFC nº 1.003/04. As informações foram comparadas com as divulgadas no relatório anual e calculado o grau de atendimento a Resolução para cada empresa, a saber:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Educação, exceto a de caráter ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim
Cultura	Sim	Sim	Sim	Sim
Saúde e saneamento	Não	Sim	Sim	Sim
Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária	Sim	Sim	Não	Não
Alimentação	Sim	Não	Não	Sim
Grau de atendimento	80,0%	80,0%	60,0%	80,0%

Quadro 21: Interação com o ambiente externo: Informações relativas à interação com a comunidade. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 22 mostra que o relatório das empresas do setor financeiro, Itaú Unibanco e Banco do Brasil, atenderam, respectivamente, em 50% e 66,7%, aos indicadores de evidenciação do quesito. O relatório das outras empresas, Petrobras e Vale, atingiram respectivamente 16,7 e 0%. O grau médio de atendimento dos relatórios analisados da Resolução do CFC nº 1.003/4 foi 33,3%.

Observou-se, também, que as informações não estavam organizadas da forma são apresentadas na Resolução CFC nº 1.003/4.

O Quadro 22 detalha os indicadores de responsabilidade social de interação com o ambiente externo sobre as informações relativas à interação com os clientes segundo Resolução CFC nº 1.003/04. As informações foram comparadas com as divulgadas no relatório anual e calculado o grau de atendimento a Resolução para cada empresa, a saber:

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	Sim	Não	Sim	Sim
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	Não	Não	Sim	Sim
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça	Não	Não	Não	Sim
Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada	Não	Não	Não	Não
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção	Não	Não	Sim	Não
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	Não	Não	Não	Sim
Grau de atendimento	16,7%	0,0%	50,0%	66,7%

Quadro 22: Interação com o ambiente externo: Informações relativas à interação com os clientes. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 descreve o grau médio de atendimento do relatório das empresas quanto à dimensão, em particular a interação da entidade com o ambiente externo, contido na Resolução CFC nº 1.003/04. O item referente às informações sobre a interação com a comunidade teve o maior grau de atendimento, 75%, sendo 33,3% o grau médio de atendimento às informações:

Interação com o ambiente externo	Grau de atendimento (%)
Informações relativas à interação com a comunidade	75%
Informações relativas à interação com os clientes	33,3%

Tabela 4: Grau médio de atendimento do relatório das empresas sobre dimensão interação com o ambiente externo. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa

C4 Interação com o meio ambiente

A dimensão interação da entidade com o meio ambiente da Resolução CFC nº 1.003/04 aborda as informações conforme indicadores listados no Quadro 23.

No Quadro 23 tem-se que somente um relatório, Petrobras, alcançou 75% dos indicadores do quesito, em quanto os demais relatórios atingiram 15% dos

indicadores da Resolução do CFC nº 1.003/04. O grau médio de atendimento do quesito foi 25%.

Indicadores	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.	Sim	Sim	Sim	Sim
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.	Não	Não	Não	Não
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	Sim	Não	Não	Não
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.	Sim	Não	Não	Sim
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais.	Sim	Não	Não	Não
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	Não	Não	Não	Não
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.	Não	Não	Não	Não
Passivos e contingências ambientais.	Não	Não	Não	Não
Grau de atendimento	50%	12,5%	12,5%	25%

Quadro 23: Informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente. Critérios da Resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa

Resultado Consolidado

Na Tabela 5 tem-se o resultado geral da análise do relatório anual das empresas quanto ao cumprimento das informações de natureza social e ambiental disposto na Resolução do CFC nº 1.003/04. Dentre as quatro dimensões da Resolução, destaca-se a geração e distribuição de riqueza com 67,7% de atendimento. A interação com meio ambiente registrou o menor grau de atendimento, 28,1%.

Pode-se dizer que o grau de atendimento médio dos relatórios analisados para as quatro dimensões da Resolução do CFC nº 1.003/04 foi de 47,3%.

Dimensões	Grau de atendimento (%)
Geração e distribuição de riqueza	67,7%
Recursos Humanos	42,5%
Interação da entidade com o ambiente externo	54,2%
Interação com o Meio Ambiente	25%

Tabela 5 – Resultado geral da análise dos relatórios anuais quanto ao cumprimento das informações de natureza social e ambiental da Resolução do CFC nº 1.003/04.

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 6 tem-se o grau de atendimento médio das empresas à Resolução CFC nº 1.003/04. Na identificação de indicadores de responsabilidade social dos relatórios analisados, destaca-se o Banco do Brasil foi a empresa com o maior número de indicadores de evidenciação, 65,6%, seguido da Petrobras.

Dimensões	Petrobras	Vale	Itaú Unibanco	Banco do Brasil
Geração e distribuição de riqueza.	100 %	33,3%	33,3%	100%
Recursos humanos.	60,7%	32,5%	35%	64%
Interação com o ambiente externo.	48,3%	40%	55%	73,3%
Interação com Meio ambiente.	50%	12,5%	12,5%	25%
Grau de atendimento médio	64,8%	29,6%	34,0%	65,6%

Tabela 6: Grau de atendimento médio das empresas a resolução CFC nº 1.003/04.

Fonte: dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas brasileiras de capital aberto alcançaram o valor de mercado de aproximadamente US\$ 1,5 trilhões em 2010, sendo que 57% do valor pertencem a treze empresas, somando US\$ 848,2 bilhões. Os números mostram a evolução das companhias brasileiras de capital aberto, sinalizando a relevância de estudar como é evidenciada a responsabilidade social das empresas brasileiras de grande porte.

Nesse contexto, o estudo buscou responder, à luz dos conceitos contábeis, se o balanço social evidencia a responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto. Objetivou-se identificar os principais indicadores de responsabilidade social das empresas; comparar os indicadores com os citados na literatura e identificar o conteúdo do balanço social com o uso dos parâmetros da Resolução CFC nº 1.003/04.

Dessa forma, concluiu-se que o balanço social identificado no relatório anual das empresas pesquisadas evidencia, parcialmente, as ações de responsabilidade social das companhias brasileiras de capital aberto.

A identificação dos principais indicadores de evidenciação de responsabilidade social das empresas estimou que a maioria das empresas de capital aberto divulga apenas as informações que são convenientes para a companhia. Destacam-se a receita bruta e outras receitas, a distribuição do valor adicionado, o total de empregados no final do exercício, o total de empregado por gênero e gastos com educação, cultura e esporte relativos à interação com a comunidade. Entretanto, são omitidos os indicadores, como por exemplos, as ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade e a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais contra a corporação.

A pesquisa também distinguiu que a maior diferença apresentada no balanço social entre as empresas com melhor grau de esclarecimento sobre a evidenciação de responsabilidade social foi a utilização da Resolução CFC nº 1.003/04 ou do modelo IBASE, no relatório anual.

Ao comparar os indicadores de evidenciação de responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto com os citados na literatura, constatou-se a ausência de informações com base nas técnicas contábeis, gerencial e econômica capazes de proporcionar uma visão geral das ações sociais e ambientais da empresa.

A identificação do conteúdo do balanço social com a Resolução CFC nº 1.003/04 constatou que nenhuma empresa apresentou relatório que atendesse integralmente àquela Resolução. Entretanto, registrou-se que a única empresa que explicitou claramente a adoção da Resolução CFC nº 1.003/04 foi o Banco do Brasil, apesar dos resultados da pesquisa apontar para o atingimento de apenas 66,2% do critério da Resolução.

Nesse cenário de mudanças e de transformações sociais pelas quais passam as organizações é preciso que sejam estabelecidos padrões de ética e responsabilidade social em suas atividades. Dentro da literatura, a responsabilidade social é vista como uma obrigação do Estado, financiador das necessidades básicas da sociedade através da arrecadação de impostos. Entretanto é necessário que haja compreensão por parte do empresariado e da sociedade de que o governo isoladamente não consegue resolver os problemas sociais, fato que colabora para o desenvolvimento da responsabilidade social empresarial.

Dessa forma, recomenda-se que as empresas de capital aberto usem mais eficientemente as ferramentas de evidenciação de responsabilidade social e indicadores contábeis, como por exemplo, a Resolução CFC nº 1003/04. A utilização adequada dos instrumentos de evidenciação permitirá aos gestores indicar e associar as iniciativas pelas quais uma empresa procura manter, fortalecer e solidificar sua imagem e a identidade da marca perante o seu público-alvo.

Em resumo, pode-se concluir que o balanço social é a melhor ferramenta de evidenciação de responsabilidade social empresarial, mas na prática o valor fica prejudicado pela falta de legislação que obrigue as corporações a usá-lo. Como tema para futuras pesquisas, sugere-se avaliação dos impactos da falta de adoção pelas empresas brasileiras de capital aberto dos critérios da Resolução CFC nº 1003/04 que parametrizam a avaliação da RSE.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida (coordenação). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Lei n. 6.404/76, 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/eventos/sociedad_e_por_acoes.pdf> Acesso em 12/08/2011.

BRASIL. Lei n. 6.385/76, 07 de dezembro de 1976. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/leisedecretos/Port/lei6385.pdf> > Acesso em 12/08/2011.

BRASIL. Lei n. 9.457/97, de 05 de maio de 1997. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127116/lei-das-sociedades-anonimas-lei-9457-97>> Acesso em: 12/08/2011.

BORGES, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social**: efeitos da atuação na dinâmica empresarial. São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2001.

BM&F-Bovespa, 2011. Empresas Listadas. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 04/04/2011.

CALLEGARI, Nelson Malta; KOVALESKI, João Luiz; LIMA, Isaura Alberton de. **Responsabilidade social**: uma nova filosofia empresarial. In: 3º Encontro de Engenharia e Tecnologia dos Campos Gerais. Paraná, 2007.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, p. 39–48, jul.–ago, 1991.

COELHO, Izabel Cristina Martins. **Responsabilidade Social Empresarial**: o caso de uma Indústria Alimentícia no Estado do Pará. Natal: UFRN, 2010. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Administração), Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001), Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, Bruxelas. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf> Acesso em 22/04/2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04**, de 19 de agosto de 2004. Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 23 nov. 2010.

DAVID, Afonso Rodrigo de. **Balanço Social: uma abordagem prática**. In: VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul - Profissão Contábil: o Futuro Hoje, 2001, Gramado, RS, Anais. Gramado: CRCRS, 2001, p. 155-172, v.1.

DORIA, Dylson. **Curso de direito Comercial**. Vol I. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FERNANDES, Fernanda da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. **A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidades**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev34_3.pdf. Acesso em 01/05/2011.

FILHO, Cláudio Pinheiro Machado. **Responsabilidade Social e Governança: O Debate e as Implicações: Responsabilidade social, Instituições, Governança e Reputação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

FRAGA, Nívea Maria. Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior: Questões Conceituais. **Diálogos & Ciência** - Revista da Rede de Ensino FTC. Salvador. Ano IV, n. 13, p. 22-35, junho 2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. Editora Atlas. São Paulo, 1997.

FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?** São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2009.

FREITAS, Maria Ester. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de administração de Empresa**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 6-15, Abri/Jun, 2000.

GARRIGA, Elisabet; MELÉ, Domènec. Corporate social responsibility theories: Mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, v. 53, n. 1-2, p. 51–71, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GEVA, Aviva. Three Models of Corporate Social Responsibility: Interrelationships between Theory, Research, and Practice. **Business and Society Review**, v. 113, p. 1–41, março, 2008.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. 2006. Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em 04/04/2011.

HEMPHILL, T. A. Corporate citizenship: the case for a new corporate governance model. **Business and Society Review**, v. 109, n. 3, p. 339–361, 2004.

INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADES SOCIAL EMPRESARIAL. 2007. Disponível em: http://www.ethos.org.br/_Uniethos/.../Indicadores_2007_PORTUGUES.pdf > Acesso em 04/04/2011.

INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADES SOCIAL EMPRESARIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. 2010. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 04/04/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Balanco Social**. 2003. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2&tpl=printerview>>. Acesso em 12/04/2011.

ISO 26000 Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp> Acesso em 22/04/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade Social Empresarial**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

KARKOTLI, Gilson; Aragão, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

KITAHARA, José Renato. **Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas: um estudo empírico usando o balanço social padrão IBASE**. São Paulo: USP, 2006. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOHN. Vanderleia Martins. **Indicadores de Responsabilidade Social: Uma proposta para as Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/2172.pdf. Acesso em 02/04/2011.

LOUETTE, Anne. **Gestão do Conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PACTO GLOBAL BRASIL. Disponível em:<<http://www.unglobalcompact.org>> Acesso em 14/04/2011.

PINTO, Anacleto Laurino, RIBEIRO, Maisa de Souza. **Balanço Social**: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 36, p.21-34, set./dez/ 2004.

PRINCÍPIOS DE EQUADOR: **Um referencial do setor financeiro**. 2006. Disponível em:<http://www.equatorprinciples.com/documents/ep_translations/EP_Portuguese.pdf> Acesso em 20/05/2011.

SAI - Social Accountability International SA8000 (2008). New York. Disponível em:<http://www.sa-intl.org/_data/n_0001/resources/live/2008StdPortugese.pdf> Acesso em 22/04/2011.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, Ciro; MANSUR, Cláudia. **Balanço social, dez anos**: o desafio da transparência. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

SHAYON, Diana Russel. A terceira Onda. **Revista Relações com Investidores**. Rio de Janeiro, nº 63, p. 14-15, maio. 2003.

WADDOCK, Sandra. Parallel Universes: Companies, Academics, and the Progress of Corporate Citizenship. **Business and Society Review**, Boston/USA, v. 109, n.1, p. 5–42, mar. 2004.

YIN, R.K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Método. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookmam, 2010.

OBRAS CONSULTADAS

AA1000 AccountAbility Principles Standart 2008. Disponível em: <<http://www.accountability.org/images/content/0/7/074/AA1000APS%202008.pdf>> Acessado em 12/04/2011.

ANTUNES, C. C. **Sociedades sustentáveis**: a responsabilidade da contabilidade. In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE, 16, 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

BANCO DO BRASIL. Relatório Anual 2010. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/>> Acesso em: 20/07/2011.

BANCO ITAÚ UNIBANCO. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/index.htm>> Acesso em: 20/07/2011.

CARVALHO, M. M. A. **Balanço social**: um novo olhar sobre o relatório contábil do futuro. In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE, 16. 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 750-93**, de 29 dez. 1993. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 23 nov. 2010.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Posição da CVM sobre Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 23 nov. 2010.

DÉLANO, Alfonso Silva. **O balanço social, utopia ou realidade na empresa latino americana?**. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). Balanço social da empresa na América Latina. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 1-4.

FERREIRA, A. C. S. **Custos ambientais**: uma visão de sistema de informações. In: SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, 1, Bahia. Universidade Livre da Mata Atlântica, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5.ed. Petrópolis, 1997.

HARRINGTON, H. J.; KNIGHT, A. **A implementação da ISO 14000**: como atualizar o SGA com eficácia. São Paulo: Atlas, 2001.

IMPLANTANDO O PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS RECOMENDAÇÕES E PRIMEIROS PASSOS. 2009 Disponível em:<http://www.pactoglobal.org.br/doc/Primeiros_Passos_do_Pacto_Global.pdf> Acesso em 20/04/2011.

INFORME TÉCNICO - MAIO/2011 - **Valor de Mercado - Valor de Mercado por Setor de Atividade**. Disponível

em:<http://www.bmfbovespa.com.br/shared/IframeHotSiteBarraCanal.aspx?altura=900&idioma=pt-br&url=www.bmfbovespa.com.br/informe/default.asp>. Acesso em 27/05/2011.

LOUREIRO, Sonia. Relatório e Balanço Anual, oficina com o Guia Ethos. (2002).

Disponível em:

<http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/relatorio_e_balanco_anual.pdf.>

Acesso em 22/04/2011.

LUPPI, Lierge. **Responsabilidade Social x Motivação**. 2007. Disponível em:

< http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=553> Acesso

em 24/04/2011.

MALHOTA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3.ed.

Porto Alegre: Brookman, 2001.

PETROBRAS. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em:

<<http://www.petrobras.com.br/rs2010/pt/> > Acesso em: 20/07/2011.

REVISTA ELETRÔNICA. **RESPONSABILIDADESOCIAL.COM**. Disponível em:

<<http://www.responsabilidadesocial.com>> Acesso em 24/04/2011.

RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. **A intermediação no recolhimento de tributos**

dos clientes. In: VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul - Profissão

Contábil: o Futuro Hoje, 2001, Gramado, RS, Anais. Gramado: CRCRS, 2001, p. 21-

38, v.1.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21.ed. rev. e ampl. São

Paulo: Cortez, 2000.

VALE. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em:<<http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/Documents/2010/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%2010-%20PDF.pdf>

> Acesso em: 20/07/2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**.

5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, Maria das Graças. O Balanço Social e a Contabilidade – o novo paradigma

da empresa-cidadã. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio**

Grande do Sul, Porto Alegre, RS, n. 127, p. 34-41, dez. 2006.

ANEXOS

Anexo 1

Valor de Mercado por Setor de Atividade

Maio/2011

Setor Econômico	Subsetor	Segmento	Emissor	Valor de Mercado	
				R\$	US\$
Petróleo, Gás e Biocombustível				406.586.653.778,73	257.349.613.126,60
	Petróleo, Gás e Biocombustível			406.586.653.778,73	257.349.613.126,60
		Exploração e/ou Refino		401.619.516.278,73	254.205.656.230,59
			ECODIESEL	748.091.294,58	473.505.471,60
			HRT PETROLEO	8.732.811.140,00	5.527.445.496,55
			OGX PETROLEO	51.931.630.454,00	32.870.200.932,97
			PET MANGUINH	527.712.940,47	334.016.672,23
			PETROBRAS	334.634.255.392,78	211.807.238.048,47
			QGEP PART	5.045.015.056,90	3.193.249.608,77
		Máquinas E Equipamentos		4.967.137.500,00	3.143.956.896,01
			OSX BRASIL	4.967.137.500,00	3.143.956.896,01
Materiais Básicos				429.401.122.888,69	271.790.064.490,57
	Mineração			264.174.179.458,83	167.209.430.634,11
		Minerais Metálicos		264.174.179.458,83	167.209.430.634,11
			CENT MIN-RIO	121.041.831,86	76.613.603,31
			MMX MINER	5.854.022.335,35	3.705.311.940,85
			VALE	258.199.115.291,62	163.427.505.089,95
	Siderurgia e Metalurgia			94.865.184.374,91	60.045.056.253,49
		Siderurgia		90.274.904.270,33	57.139.631.793,35
			FERBASA	1.107.744.558,98	701.148.527,73
			GERDAU	28.327.487.599,35	17.929.924.425,19
			GERDAU MET	8.701.959.899,00	5.507.918.158,75
			SID NACIONAL	32.686.062.417,40	20.688.690.687,64
			USIMINAS	19.451.649.795,60	12.311.949.994,04
		Artefatos de Ferro e Aço		3.115.682.632,54	1.972.075.848,18
			ALIPERTI	92.723.816,47	58.689.674,33
			CONFAB	2.287.736.103,45	1.448.025.889,90
			FIBAM	52.908.538,00	33.488.535,98
			MANGELS INDL	253.544.911,65	160.481.620,13
			MET DUQUE	64.768.092,00	40.995.057,92
			PANATLANTICA	151.776.226,90	96.066.983,29
			TEKNO	212.224.944,07	134.328.086,63
		Artefatos de Cobre		1.474.597.472,04	933.348.611,96
			PARANAPANEMA	1.474.597.472,04	933.348.611,96
	Químicos			33.246.484.567,10	21.043.410.701,38
		Petroquímicos		18.743.870.785,01	11.863.960.241,17
			BRASKEM	16.973.636.697,55	10.743.488.004,03
			ELEKEIROZ	365.801.695,20	231.534.714,35
			GPC PART	74.141.644,21	46.928.061,40
			M G POLIEST	962.995.257,24	609.529.246,94
			UNIPAR	367.295.490,81	232.480.214,45
		Fertilizantes e Defensivos		14.200.790.756,19	8.988.411.137,53
			FER HERINGER	458.054.796,15	289.926.448,60

			VALEFERT	11.684.408.757,91	7.395.663.496,37
			YARA BRASIL	2.058.327.202,13	1.302.821.192,56
		Químicos Diversos		301.823.025,90	191.039.322,68
			MILLENNIUM	301.823.025,90	191.039.322,68
	Madeira e Papel			32.663.936.151,25	20.674.685.835,32
		Madeira		7.814.427.187,03	4.946.153.039,45
			DURATEX	7.062.453.650,04	4.470.190.296,88
			EUCATEX	751.973.536,99	475.962.742,57
		Papel e Celulose		24.849.508.964,22	15.728.532.795,87
			CELUL IRANI	215.177.793,22	136.197.096,79
			FIBRIA	11.436.322.748,24	7.238.637.096,17
			KLABIN S/A	5.778.243.486,25	3.657.347.608,24
			MELHOR SP	244.946.992,00	155.039.554,40
			SUZANO HOLD	1.202.856.301,54	761.349.643,34
			SUZANO PAPEL	5.971.961.642,97	3.779.961.796,93
	Embalagens			1.741.865.642,90	1.102.516.388,95
		Embalagens		1.741.865.642,90	1.102.516.388,95
			DIXIE TOGA	959.087.032,62	607.055.530,49
			METAL IGUACU	102.088.560,00	64.617.102,35
			PETROPAR	656.100.000,00	415.279.448,07
			RIMET	24.590.050,28	15.564.308,04
	Materiais Diversos			2.709.472.693,70	1.714.964.677,32
		Materiais Diversos		2.709.472.693,70	1.714.964.677,32
			MAGNESITA SA	2.189.864.505,00	1.386.077.919,49
			PROVIDENCIA	482.526.322,20	305.415.736,57
			SANSUY	37.081.866,50	23.471.021,26
Bens Industriais				43.144.406.499,91	27.308.314.766,69
	Material de Transporte			24.460.311.715,31	15.482.189.831,83
		Material Aeronáutico		9.263.217.700,44	5.863.167.099,46
			EMBRAER	9.263.217.700,44	5.863.167.099,46
		Material Ferroviário		13.336.032,32	8.441.061,03
			COBRASMA	13.336.032,32	8.441.061,03
		Material Rodoviário		15.183.757.982,55	9.610.581.671,34
			AUTOMETAL	2.140.429.897,00	1.354.788.212,55
			D H B	95.941.258,60	60.726.159,00
			FRAS-LE	336.846.295,54	213.207.352,08
			IOCHP-MAXION	2.200.830.230,40	1.393.018.691,31
			MARCOPOLO	3.247.217.261,80	2.055.330.882,84
			METAL LEVE	2.091.428.550,00	1.323.772.738,78
			PLASCAR PART	441.040.416,90	279.157.172,54
			RANDON PART	2.840.253.531,98	1.797.742.598,89
			RECRUSUL	40.324.631,28	25.523.533,94
			RIOSULENSE	57.425.500,00	36.347.553,64
			TUPY	1.597.346.268,08	1.011.042.640,72
			WETZEL S/A	90.003.357,44	56.967.755,83
			WIEST	4.670.783,53	2.956.379,22
	Equipamentos Elétricos			480.696.228,00	304.257.375,78
		Equipamentos Elétricos		480.696.228,00	304.257.375,78
			METALFRIO	480.696.228,00	304.257.375,78
	Máquinas e Equipamentos			14.908.439.502,51	9.436.318.439,46
		Motores e Compressores		12.191.014.694,15	7.716.320.459,62

			LUPATECH	536.097.234,65	339.323.523,42
			SCHULZ	478.626.937,50	302.947.615,36
			WEG	11.176.290.522,00	7.074.049.320,84
		Máquinas e Equipamentos Industriais		1.644.595.617,66	1.040.949.185,18
			BARDELLA	231.716.821,36	146.665.498,68
			INDS ROMI	648.895.507,96	410.719.354,36
			INEPAR	420.215.355,23	265.975.919,51
			KEPLER WEBER	313.971.241,92	198.728.553,66
			NORDON MET	29.796.691,19	18.859.858,97
		Máquinas e Equipamentos Construção e Agrícolas		494.694.163,50	313.117.389,39
			ACO ALTONA	78.159.750,00	49.471.327,30
			METISA	416.534.413,50	263.646.062,09
		Máquinas e Equipamentos Hospitalares		32.712.400,00	20.705.361,09
			BAUMER	32.712.400,00	20.705.361,09
		Armas e Munições		545.422.627,20	345.226.044,18
			FORJA TAURUS	545.422.627,20	345.226.044,18
	Serviços			2.820.441.744,57	1.785.202.699,26
		Serviços Diversos		2.820.441.744,57	1.785.202.699,26
			CONTAX	1.405.149.600,00	889.391.480,47
			CSU CARDSYST	223.915.062,17	141.727.363,86
			DTCOM-DIRECT	58.377.082,40	36.949.859,11
			VALID	1.133.000.000,00	717.133.995,82
	Comércio			474.517.309,52	300.346.420,36
		Material de Transporte		472.816.848,91	299.270.111,34
			MINASMAQUINA	59.515.950,00	37.670.707,00
			WLM IND COM	413.300.898,91	261.599.404,34
		Máquinas E Equipamentos		1.700.460,61	1.076.309,02
			LARK MAQS	1.700.460,61	1.076.309,02
Construção e Transporte				133.063.611.045,02	84.222.805.902,27
	Construção e Engenharia			61.344.597.458,12	38.828.152.071,73
		Materiais de Construção		1.224.232.621,69	774.879.816,25
			CHIARELLI	30.593.136,00	19.363.969,87
			ETERNIT	868.150.000,00	549.496.803,60
			HAGA S/A	37.683.333,25	23.851.720,52
			PORTOBELLO	287.806.152,44	182.167.322,26
		Construção Civil		52.745.268.555,71	33.385.194.351,37
			BROOKFIELD	3.810.321.507,96	2.411.748.533,43
			CC DES IMOB	638.450.000,00	404.107.854,93
			CIMOB PART	0	0
			CONST A LIND	34.784.836,44	22.017.112,75
			CR2	333.772.697,18	211.261.913,53
			CYRELA REALT	7.148.765.690,30	4.524.821.628,14
			DIRECIONAL	1.730.093.766,57	1.095.065.362,73
			EVEN	2.006.323.308,80	1.269.905.252,74
			EZTEC	2.482.572.110,40	1.571.347.623,52
			GAFISA	3.759.598.329,30	2.379.643.223,81
			HELBOR	1.430.179.046,79	905.233.905,18
			JHSF PART	2.003.961.677,50	1.268.410.454,78
			JOAO FORTES	1.109.000.000,00	701.943.160,96
			MRV	7.019.434.197,00	4.442.961.071,59

			PDG REALT	11.119.342.499,10	7.038.003.987,02
			RODOBENSIMOB	728.628.000,00	461.186.151,02
			ROSSI RESID	3.751.809.432,00	2.374.713.229,95
			SERGEN	90.214.498,49	57.101.397,87
			TECNISA	2.408.448.757,00	1.524.431.139,31
			TRISUL	343.554.829,80	217.453.528,58
			VIVER	796.013.371,08	503.837.819,53
		Construção Pesada		731.740.048,03	463.155.926,34
			AZEVEDO	163.890.000,00	103.734.413,57
			LIX DA CUNHA	38.243.752,43	24.206.438,65
			MENDES JR	453.971.155,60	287.341.702,39
			SULTEPA	75.635.140,00	47.873.371,73
		Engenharia Consultiva		166.596.748,17	105.447.653,75
			SONDOTECNICA	108.036.748,17	68.382.016,69
			TECNOSOLO	58.560.000,00	37.065.637,06
		Serviços Diversos		2.645.441.113,72	1.674.435.795,76
			MILLS	2.645.441.113,72	1.674.435.795,76
		Intermediário Imobiliário		3.831.318.370,80	2.425.038.528,26
			BR BROKERS	1.619.852.648,40	1.025.288.086,84
			LOPES BRASIL	2.211.465.722,40	1.399.750.441,42
	Transporte			71.719.013.586,90	45.394.653.830,54
		Transporte Aéreo		10.633.079.133,77	6.730.222.883,58
			GOL	5.391.514.108,04	3.412.566.686,52
			TAM S/A	5.241.565.025,73	3.317.656.197,06
		Transporte Ferroviário		9.061.958.402,80	5.735.779.734,67
			ALL AMER LAT	9.061.958.402,80	5.735.779.734,67
			FER C ATLANT	0	0
			GRUCAI	0	0
		Transporte Hidroviário		792.905.435,19	501.870.646,99
			LOG-IN	729.107.379,00	461.489.574,66
			TREVISA	63.798.056,19	40.381.072,33
		Transporte Rodoviário		3.897.437.896,70	2.466.888.978,22
			JSL	2.227.564.147,20	1.409.939.962,78
			TEGMA	1.669.873.749,50	1.056.949.015,44
		Exploração de Rodovias		35.504.973.392,40	22.472.924.484,08
			CCR SA	21.800.587.952,00	13.798.713.812,27
			ECORODOVIAS	7.793.852.166,00	4.933.130.050,00
			OHL BRASIL	4.567.333.274,40	2.890.900.230,65
			TRIUNFO PART	1.343.200.000,00	850.180.391,16
		Serviços de Apoio e Armazenagem		11.828.659.326,04	7.486.967.103,00
			DOC IMBITUBA	231.635.459,58	146.614.000,62
			LLX LOG	3.313.927.046,06	2.097.554.937,69
			PORTX	3.374.351.746,40	2.135.800.839,55
			SANTOS BRP	3.943.495.074,00	2.496.040.935,50
			WILSON SONS	965.250.000,00	610.956.389,64
Consumo Não Cíclico				313.237.000.001,56	198.263.814.166,46
	Alimentos Processados			68.044.657.812,35	43.068.965.005,62
		Açúcar e Álcool		13.888.925.618,40	8.791.015.645,54
			COSAN	9.831.509.749,95	6.222.868.377,71
			COSAN LTD	132.165.868,45	83.654.578,42

		SAO MARTINHO	2.757.200.000,00	1.745.173.745,17
		USIN C PINTO	1.168.050.000,00	739.318.944,24
	Café		326.805.723,35	206.852.157,33
		CACIQUE	152.016.480,00	96.219.051,84
		CAF BRASILIA	2.679.704,61	1.696.122,93
		IGUACU CAFE	172.109.538,74	108.936.982,56
	Grãos e Derivados		634.813.392,00	401.806.058,61
		CLARION	634.813.392,00	401.806.058,61
	Carnes e Derivados		45.756.962.147,04	28.961.935.658,63
		BRF FOODS	25.546.016.642,88	16.169.388.342,86
		EXCELSIOR	12.011.110,60	7.602.449,91
		JBS	14.531.888.554,16	9.197.979.969,72
		MARFRIG	4.961.870.542,20	3.140.623.167,42
		MINERVA	571.287.697,20	361.597.377,81
		MINUPAR	133.887.600,00	84.744.350,91
	Laticínios		157.651.533,35	99.785.767,04
		LAEP	157.651.533,35	99.785.767,04
	Alimentos Diversos		7.279.499.398,21	4.607.569.718,47
		JOSAPAR	211.534.289,50	133.890.935,81
		M.DIASBRANCO	4.878.350.000,00	3.087.758.718,91
		MARAMBAIA	3.764.490,29	2.382.739,60
		ODERICH	98.311.934,84	62.226.681,97
		TEREOS	2.087.538.683,58	1.321.310.642,18
	Bebidas		138.558.891.839,82	87.701.051.863,92
	Cervejas e Refrigerantes		138.558.891.839,82	87.701.051.863,92
		AMBEV	138.558.891.839,82	87.701.051.863,92
	Fumo		30.278.604.405,00	19.164.886.641,56
	Cigarros e Fumo		30.278.604.405,00	19.164.886.641,56
		SOUZA CRUZ	30.278.604.405,00	19.164.886.641,56
	Agropecuária		2.133.367.669,80	1.350.318.165,58
	Agricultura		2.133.367.669,80	1.350.318.165,58
		RASIP AGRO	66.025.594,80	41.790.996,14
		RENAR	52.800.000,00	33.419.836,70
		SLC AGRICOLA	2.014.542.075,00	1.275.107.332,74
	Produtos Pessoal de Limpeza		18.721.515.522,88	11.849.810.445,52
	Produtos de Uso Pessoal		18.226.283.896,80	11.536.352.868,41
		NATURA	18.226.283.896,80	11.536.352.868,41
	Produtos de Limpeza		495.231.626,08	313.457.577,11
		BOMBRIL	495.231.626,08	313.457.577,11
	Saúde		23.761.419.932,67	15.039.825.262,79
	Medicamentos e Outros		561.058.788,93	355.122.975,46
		BIOMM	38.999.840,73	24.685.005,84
		CREMER	522.058.948,20	330.437.969,62
	Análise e Diagnósticos		23.200.361.143,74	14.684.702.287,33
		AMIL	7.126.642.627,52	4.510.818.803,42
		DASA	6.984.387.536,00	4.420.778.236,60
		FLEURY	3.413.762.300,00	2.160.745.806,70
		ODONTOPREV	5.047.300.524,00	3.194.696.198,49
		TEMPO PART	628.268.156,22	397.663.242,12
	Diversos		9.307.755.943,20	5.891.357.644,91
	Produtos Diversos		9.307.755.943,20	5.891.357.644,91

			HYPERMARCAS	9.307.755.943,20	5.891.357.644,91
	Comércio e Distribuição			22.430.786.875,84	14.197.599.136,56
		Alimentos		17.690.717.513,02	11.197.365.347,83
			AGRENCO	150.657.791,94	95.359.068,26
			P.ACUCAR-CBD	17.540.059.721,08	11.102.006.279,57
		Medicamentos		4.740.069.362,82	3.000.233.788,73
			DIMED	400.947.162,87	253.780.089,16
			DROGASIL	2.109.184.224,00	1.335.011.218,43
			PROFARMA	494.142.184,50	312.768.013,48
			RAIA	1.735.795.791,45	1.098.674.467,66
Consumo Cíclico				104.141.318.183,47	65.916.398.622,39
	Tecidos Vertuário e Calçados			18.130.954.785,82	11.476.014.169,16
		Fios e Tecidos		3.396.682.895,05	2.149.935.372,53
			BUETTNER	99.353.767,82	62.886.111,66
			CEDRO	130.558.076,48	82.636.924,16
			COTEMINAS	545.412.730,20	345.219.779,86
			DOHLER	150.111.796,36	95.013.479,56
			ENCORPAR	55.173.693,15	34.922.269,23
			FAB C RENAUX	12.151.571,10	7.691.354,57
			IND CATAGUAS	121.268.212,01	76.756.890,95
			KARSTEN	86.728.729,78	54.895.075,50
			PETTENATI	69.988.388,68	44.299.252,28
			SANTANENSE	129.636.808,24	82.053.806,09
			SCHLOSSER	9.076.800,00	5.745.173,74
			SPRINGS	653.595.779,20	413.694.397,87
			TEC BLUMENAU	3.094.434,95	1.958.627,11
			TECEL S JOSE	9.405.000,00	5.952.908,41
			TEKA	42.962.934,59	27.193.451,86
			TEX RENAUX	23.628.943,48	14.955.974,10
			VICUNHA TEXT	647.806.013,01	410.029.756,96
			WEMBLEY	606.729.216,00	384.030.138,62
		Vestuário		6.223.684.351,83	3.939.290.051,17
			BOTUCATU TEX	5.332.235,97	3.375.046,51
			CIA HERING	5.891.655.609,70	3.729.131.976,52
			MARISOL	326.696.506,16	206.783.028,14
		Calçados		8.308.884.264,00	5.259.120.364,58
			ALPARGATAS	4.211.364.264,00	2.665.589.128,42
			CAMBUCI	107.184.000,00	67.842.268,50
			GRENDENE	2.646.336.000,00	1.675.002.215,33
			VULCABRAS	1.344.000.000,00	850.686.752,33
		Acessórios		201.703.274,94	127.668.380,88
			MUNDIAL	201.703.274,94	127.668.380,88
	Utilidades Domésticas			8.285.805.203,70	5.244.512.439,84
		Eletrodomésticos		8.037.817.151,00	5.087.548.041,65
			BRASMOTOR	2.567.201.738,42	1.624.914.069,51
			IGB S/A	72.028.609,92	45.590.613,28
			SPRINGER	84.543.465,30	53.511.909,17
			WHIRLPOOL	5.314.043.337,36	3.363.531.449,69
		Utensílios Domésticos		247.988.052,70	156.964.398,19
			GAZOLA	3.906.073,20	2.472.354,70

		HERCULES	47.186.030,00	29.866.466,23
		NADIR FIGUEI	196.895.949,50	124.625.577,26
	Mídia		6.282.389.870,70	3.976.447.794,60
	Televisão por Assinatura		5.292.877.696,90	3.350.134.626,81
		NET	5.292.877.696,90	3.350.134.626,81
	Jornais, Livros e Revistas		989.512.173,80	626.313.167,79
		DOCAS	25.375.481,60	16.061.447,94
		SARAIVA LIVR	964.136.692,20	610.251.719,85
	Hotelaria		2.460.435.506,94	1.557.336.228,20
	Hotelaria		1.042.882.822,70	660.094.197,54
		BHG	901.415.250,30	570.552.092,09
		HOTEIS OTHON	141.467.572,40	89.542.105,45
		SAUIPE	0	0
	RESTAURANTES		1.417.552.684,24	897.242.030,66
		IMC HOLDINGS	1.417.552.684,24	897.242.030,66
	Lazer		1.495.242.304,60	946.415.788,73
	Bicicletas		174.220.739,49	110.273.270,15
		BIC MONARK	149.608.202,50	94.694.729,10
		PRO METALURG	24.612.536,99	15.578.541,05
	Brinquedos e Jogos		132.943.407,33	84.146.722,78
		ESTRELA	72.428.092,80	45.843.466,55
		TECTOY	60.515.314,53	38.303.256,23
	Parques de Diversão		4.654.263,66	2.945.922,95
		PQ HOPI HARI	4.654.263,66	2.945.922,95
	Produção de Eventos e Shows		1.183.423.894,12	749.049.872,85
		SPTURIS	145.567.144,12	92.136.935,32
		TIME FOR FUN	1.037.856.750,00	656.912.937,53
	Diversos		18.723.959.337,54	11.851.357.261,56
	Serviços Educacionais		8.217.307.437,54	5.201.156.679,25
		ANHANGUERA	4.924.330.821,80	3.116.862.346,86
		ESTACIO PART	1.908.244.938,40	1.207.826.405,72
		KROTON	1.384.731.677,34	876.467.926,67
	Aluguel de Carros		5.304.920.400,00	3.357.757.073,23
		LOCALIZA	5.304.920.400,00	3.357.757.073,23
	Programa de Fidelização		5.201.731.500,00	3.292.443.509,08
		MULTIPLUS	5.201.731.500,00	3.292.443.509,08
	Comércio		48.762.531.174,17	30.864.314.940,30
	Tecidos, Vestuário e Calçados		21.518.705.796,52	13.620.296.092,49
		AREZZO CO	2.301.217.235,90	1.456.558.792,27
		GRAZZIOTIN	307.931.538,87	194.905.714,84
		GUARARAPES	5.410.080.000,00	3.424.317.994,81
		LE LIS BLANC	1.214.272.500,00	768.575.542,76
		LOJAS HERING	5.373.255,00	3.401.009,55
		LOJAS MARISA	4.945.972.964,00	3.130.560.772,20
		LOJAS RENNEN	7.333.858.302,75	4.641.976.266,06
	Eletrrodomésticos		11.491.226.329,00	7.273.388.397,36
		GLOBEX	8.551.226.329,00	5.412.511.126,65
		MAGAZ LUIZA	2.940.000.000,00	1.860.877.270,71
	Produtos Diversos		15.752.599.048,65	9.970.630.450,45
		B2W VAREJO	3.523.950.230,85	2.230.489.417,59
		DUFREY AG	707.493.486,00	447.809.029,69

			LOJAS AMERIC	11.521.155.331,80	7.292.332.003,17
Tecnologia da Informação				10.753.926.988,46	6.806.713.708,76
	Computadores e Equipamentos			1.378.340.378,36	872.422.544,70
		Computadores e Equipamentos		1.378.340.378,36	872.422.544,70
			BEMATECH	347.054.457,10	219.668.622,76
			ITAUTEC	407.905.921,26	258.184.645,40
			POSITIVO INF	623.380.000,00	394.569.276,54
	Programas e Serviços			9.375.586.610,10	5.934.291.164,06
		Programas e Serviços		9.375.586.610,10	5.934.291.164,06
			IDEIASNET	381.404.722,23	241.410.672,97
			TELEBRAS	2.086.942.620,37	1.320.933.363,10
			TOTVS	4.955.089.230,00	3.136.330.926,01
			UOL	1.952.150.037,50	1.235.616.201,98
Telecomunicações				149.880.313.353,43	94.866.962.056,74
	Telefonia Fixa			93.256.794.250,77	59.027.023.388,05
		Telefonia Fixa		93.256.794.250,77	59.027.023.388,05
			BRASIL TELECOM	9.887.131.239,94	6.258.074.080,60
			COARI PART	12.164.922.392,55	7.699.805.299,42
			EMBRATEL PAR	9.610.730.937,68	6.083.126.107,78
			JEREISSATI	1.372.675.996,04	868.837.265,67
			LA FONTE TEL	1.839.096.257,15	1.164.058.647,48
			LF TEL	74.830.871,12	47.364.308,58
			TELEFONICA	72.399.813,23	45.825.566,95
			TELEMAR	14.107.352.195,68	8.929.269.064,93
			TELEMAR N L	21.704.917.676,00	13.738.159.172,10
			TELESP	22.422.736.871,38	14.192.503.874,54
	Telefonia Móvel			56.623.519.102,66	35.839.938.668,69
		Telefonia Móvel		56.623.519.102,66	35.839.938.668,69
			AMERICEL	1.338.998.992,60	847.521.357,42
			INEPAR TEL	17.696.982,80	11.201.330,97
			TELE NORT CL	8.202.595.988,10	5.191.845.045,96
			TIM PART S/A	19.839.773.705,40	12.557.613.586,56
			VIVO	27.224.453.433,76	17.231.757.347,78
Utilidade Pública				229.330.079.429,30	145.154.806.905,05
	Energia Elétrica			203.085.988.348,21	128.543.571.332,48
		Energia Elétrica		203.085.988.348,21	128.543.571.332,48
			AES ELPA	4.444.104.227,75	2.812.902.226,56
			AES TIETE	8.987.787.002,78	5.688.832.839,28
			AFLUENTE	99.733.979,60	63.126.767,26
			AFLUENTE T	252.338.800,00	159.718.210,01
			AMPLA ENERG	4.746.244.261,32	3.004.142.199,71
			AMPLA INVEST	335.400.000,00	212.291.917,21
			CEB	266.696.051,66	168.805.653,30
			CEEE-D	1.196.869.765,48	757.560.456,66
			CEEE-GT	1.139.769.374,98	721.418.681,55
			CELESC	1.902.804.690,10	1.204.382.992,66
			CELGPAR	622.710.674,00	394.145.625,67
			CELPA	574.181.706,48	363.429.145,19
			CELPE	3.321.736.148,00	2.102.497.720,11
			CEMAT	621.948.611,00	393.663.276,79

			CEMIG	18.466.524.856,12	11.688.413.732,59
			CESP	9.437.951.116,98	5.973.764.869,29
			COELBA	7.215.663.200,52	4.567.164.504,41
			COELCE	2.380.713.571,56	1.506.876.113,40
			COPEL	10.849.578.785,97	6.867.256.652,93
			COSERN	2.319.699.996,13	1.468.257.482,20
			CPFL ENERGIA	21.800.323.360,30	13.798.546.338,57
			ELEKTRO	4.385.368.574,16	2.775.725.409,31
			ELEKTROBRAS	31.868.401.841,70	20.171.151.238,49
			ELETROPAR	552.949.783,00	349.990.368,38
			ELETROP PAULO	5.876.604.178,87	3.719.605.151,52
			EMAE	286.709.371,84	181.473.113,39
			ENERGIAS BR	6.034.597.752,00	3.819.607.413,13
			ENERGISA	2.112.819.492,86	1.337.312.167,14
			EQUATORIAL	1.277.952.062,40	808.881.614,28
			GER PARANAP	3.810.068.191,44	2.411.588.196,36
			IENERGIA	79.168.074,60	50.109.547,83
			LIGHT S/A	5.536.809.729,00	3.504.531.760,87
			MPX ENERGIA	5.802.432.449,60	3.672.658.047,72
			REDE ENERGIA	2.157.595.968,70	1.365.653.502,56
			REDENTOR	745.263.288,36	471.715.480,95
			RENOVA	1.517.000.036,74	960.187.376,88
			TAESA	2.986.320.937,22	1.890.196.175,21
			TRACTEBEL	17.460.853.636,00	11.051.872.672,95
			TRAN PAULIST	8.273.892.106,50	5.236.972.027,66
			VBC ENERGIA	1.338.400.692,49	847.142.662,50
	Água e Saneamento			19.132.964.568,17	12.110.237.716,43
		Água e Saneamento		19.132.964.568,17	12.110.237.716,43
			CASAN	2.810.236.880,00	1.778.743.515,42
			COPASA	3.643.464.326,40	2.306.136.037,98
			SABESP	11.002.230.524,67	6.963.877.792,69
			SANEPAR	1.677.032.837,10	1.061.480.370,34
	Gás			7.111.126.512,92	4.500.997.856,14
		Gás		7.111.126.512,92	4.500.997.856,14
			CEG	2.032.241.651,52	1.286.310.305,41
			COMGAS	5.078.884.861,40	3.214.687.550,73
Financeiro e Outros				630.702.217.345,53	399.203.884.641,72
	Intermediários Financeiros			489.922.012.129,17	310.096.849.249,40
		Bancos		489.080.963.296,58	309.564.506.169,08
			ABC BRASIL	1.634.513.092,00	1.034.567.435,92
			ALFA CONSORC	368.250.908,34	233.084.947,36
			ALFA HOLDING	373.573.150,52	236.453.668,28
			ALFA INVEST	624.521.258,56	395.291.637,80
			AMAZONIA	1.393.360.478,14	881.929.538,67
			BANESE	437.469.843,00	276.897.172,60
			BANESTES	932.362.319,30	590.140.084,37
			BANPARA	246.025.984,63	155.722.504,36
			BANRISUL	6.316.897.236,40	3.998.289.281,85
			BICBANCO	2.955.113.263,25	1.870.443.232,64
			BRADESCO	109.522.992.352,32	69.322.737.105,08
			BRASIL	80.243.455.378,35	50.790.211.645,26

			BRB BANCO	1.014.872.200,00	642.364.833,21
			CRUZEIRO SUL	1.968.875.683,20	1.246.202.723,72
			DAYCOVAL	2.422.834.534,40	1.533.536.638,01
			INDUSVAL	561.700.285,64	355.529.011,74
			ITAUSA	51.977.174.879,29	32.899.028.343,12
			ITAUUNIBANCO	151.162.596.032,00	95.678.584.740,81
			MERC BRASIL	482.826.929,92	305.606.006,66
			MERC INVEST	175.493.541,60	111.078.892,08
			NORD BRASIL	2.261.902.945,75	1.431.674.755,20
			PANAMERICANO	1.343.891.670,00	850.618.184,69
			PARANA	1.110.558.007,88	702.929.304,31
			PATAGONIA	25.906.188,19	16.397.359,45
			PINE	1.107.756.091,85	701.155.827,48
			SANTANDER BR	67.837.499.873,85	42.937.844.087,50
			SOFISA	578.539.168,20	366.187.206,91
		Sociedade de Crédito e Financiamento		538.664.379,05	340.948.401,20
			ALFA FINANC	421.455.397,28	266.760.805,93
			FINANSINOS	18.834.033,70	11.921.028,99
			MERC FINANC	98.374.948,07	62.266.566,28
		Outros Intern. Financ.		302.384.453,54	191.394.679,12
			BRAZILIAN FR	302.384.453,54	191.394.679,12
	Serviços Financeiros			68.374.825.118,67	43.277.944.881,74
		Gestão de Recursos e Investimentos		1.627.492.916,97	1.030.124.005,93
			GP INVEST	787.798.843,72	498.638.422,51
			TARPON INV	839.694.073,25	531.485.583,42
		Serviços Financeiros		66.747.332.201,70	42.247.820.875,81
			BMFBOVESPA	23.138.241.819,40	14.645.383.770,74
			CETIP	6.137.986.267,30	3.885.047.324,07
			CIELO	21.454.401.336,00	13.579.594.490,79
			REDECARD	16.016.702.779,00	10.137.795.290,21
	Previdência e Seguros			16.127.671.467,83	10.208.033.082,99
		Seguradoras		14.344.054.067,83	9.079.089.858,74
			PAR AL BAHIA	436.909.452,00	276.542.472,30
			PORTO SEGURO	8.023.945.967,70	5.078.768.256,03
			SEG AL BAHIA	257.280.000,00	162.845.749,73
			SUL AMERICA	5.625.918.648,13	3.560.933.380,68
		Corretora de Seguros		1.783.617.400,00	1.128.943.224,25
			BR INSURANCE	1.783.617.400,00	1.128.943.224,25
	Exploração de Imóveis			27.484.477.188,55	17.396.339.761,10
		Exploração de Imóveis		27.484.477.188,55	17.396.339.761,10
			ALIANSCE	1.980.433.814,00	1.253.518.459,40
			BR MALLS PAR	8.205.756.843,24	5.193.845.713,80
			BR PROPERT	2.514.173.002,81	1.591.349.454,28
			BRASILAGRO	624.535.456,00	395.300.624,09
			COR RIBEIRO	7.200.583,00	4.557.619,47
			CYRE COM-CCP	1.171.210.000,00	741.319.070,83
			GENERALSHOPP	620.911.380,00	393.006.759,92
			IGUATEMI	3.209.847.304,50	2.031.677.514,08
			MULTIPLAN	6.029.219.378,01	3.816.203.163,50
			SAO CARLOS	1.267.911.525,24	802.526.441,70

			SIERRABRASIL	1.853.277.901,75	1.173.034.940,03
	Holdings Diversificadas			27.864.495.891,14	17.636.873.150,93
		Holdings Diversificadas		27.864.495.891,14	17.636.873.150,93
			BAHEMA	56.365.539,60	35.676.650,17
			BATTISTELLA	174.625.562,08	110.529.503,19
			BRADSPAR	14.508.332.923,13	9.183.070.398,84
			HABITASUL	117.824.562,30	74.577.227,87
			J B DUARTE	27.099.531,63	17.152.687,91
			MONT ARANHA	1.084.636.608,00	686.522.316,60
			ULTRAPAR	11.895.611.164,40	7.529.344.366,35
	Outros			928.735.550,17	587.844.515,56
		Outros		928.735.550,17	587.844.515,56
			ALL ORE	361.618.803,00	228.887.146,65
			CEMEPE	17.873.510,10	11.313.064,18
			CIMS	0	0
			DOMUS POPULI	437.900.000,00	277.169.441,10
			INVEST BEMGE	96.867.100,03	61.312.171,67
			ITAITINGA	0	0
			POLPAR	1.906.000,24	1.206.405,62
			SAM INDUSTR	12.570.136,80	7.956.286,34

BM&F-Bovespa, 2011. Empresas Listadas. Disponível em:
<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 04/04/2011.

Anexo 2

Parte 1

INDICADORES	TEMAS	ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO
SA8000	Trabalho infantil; Trabalho forçado e compulsório; Saúde e segurança; Liberdade de associação e direito à negociação coletiva; Discriminação; Práticas Disciplinares; Horário de trabalhos; Remuneração; e Sistema de gestão.	SAI Social Accountability International	15 West 44 th 6 th Floor New York, NY 10036 USA +1-212-684-1414 +1-212-684-1515 e-mail: info@sa-intl.org site: www.sa-intl.org
AccountAbility AA1000	Inclusão; Relevância; Responsabilidade.	ISEA Institute of Social and Ethical Accountability	London 250-252 Goswell Road, London, EC1V 7EB United Kingdom +44 (0)20 7549 0400 São Paulo Rua Tabapuã, 594, cj. 75. São Paulo - SP, 04533-002, Brasil +55 11 3787-0960 www.accountability.org.uk
Balanço Social IBASE	Projetos alternativos de RS; Ética nas organizações; Reflete sobre democracia, igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade.	IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-916 - Telefone: (21) 2178-9400 www.ibase.br
Indicadores Ethos	Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Comunidade e Clientes; Comunidade; Governo e Sociedade.	ETHOS Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Rua Dr. Fernandes Coelho, 85, 10ª. Andar, Pinheiro. CEP:05432-040 São Paulo –SP (11) 3897-2400 atendimento@ethos.org.br www.ethos.org.br

Instrumentos de evidenciação de responsabilidade social detalhado conforme temas, entidade responsável e localização.

Síntese sobre indicadores, temas e localização das entidades

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa realizada, em 2011, nos sites das entidades responsáveis pelos indicadores.

Parte 2

INDICADORES	TEMAS	ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO
Global Compact	Direitos Humanos; Trabalho; Meio Ambiente; e Contra a Corrupção	Fundation for the Global Compact	Physical Address 801 2nd Avenue - 2nd floor, New York, NY 10017 USA Tel: + 1 212 907 1309 Fax: +1 646 478 9175 http://www.unglobalcompact.org
Princípios do Equador	Análise e Categorização; Avaliação Socioambiental; Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis; Plano de Ação e Sistemas de Gestão; Consulta e Divulgação; Monitoramento Independente e Divulgação de Informações; Divulgação de Informações pelas EPFIs.	Princípios do Equador	Samantha Hoskins. Secretaria da Associação Princípios do Equador Tel: +44 1621 853 900 Fax: +44 1621 731 483 E-mail: secretariat@equator-principles.com
GRI	Materialidade; Inclusão dos <i>stakeholders</i> ; Contexto da sustentabilidade; Exatidão; Periodicidade; Clareza e Confiabilidade.	Global Reporting Initiative	Metropool building, 5 th Floor Weesperstraat 95, 1018 VN Amsterdam The Netherlands – 31 (0)20 53100 00 http://www.globalreporting.org
ISO 26000	Governança Organizacional; Direitos Humanos; Práticas de Trabalho; Meio Ambiente; Questões relativas ao consumidor; Práticas leais de operação; e Desenvolvimento social.	ISO International Organization for Standardization Representada no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	1, ch. de la Voie-Creuse, Case postale 56 CH-1211 Geneva 20, Switzerland 41 22 749 01 22 733 34 30 http://www.iso.org/iso/home.htm
NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental	A geração e a distribuição de riqueza; Os recursos humanos; A interação da entidade com o ambiente externo; A interação com o meio ambiente.	CFC Conselho Federal de Contabilidade	Conselho Federal de Contabilidade Endereço: SAS, Quadra 5, Lote 3, Bloco J, Edifício CFC. Bairro: Asa Sul CEP: 70070-920 Estado: Brasília / DF Fone: (61) 3314-9600. www.cfc.org.br

Síntese sobre indicadores, temas e localização das entidades

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa realizada, em 2011, nos sites das entidades responsáveis pelos indicadores.

Anexo 3

RESOLUÇÃO CFC Nº 1003/04 DE 19 DE AGOSTO DE 2004 APROVA A NBC T 15 INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;
CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;
CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.
CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;

- l) gastos com creches ou auxílios-creche;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:

menores de 18 anos

de 18 a 35 anos

de 36 a 60 anos

acima de 60 anos

- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
 - analfabetos
 - com ensino fundamental
 - com ensino médio
 - com ensino técnico
 - com ensino superior
 - pós-graduados

- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a

entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

Publicada no Diário Oficial da União de 06.09.2004.